



RELATÓRIO E CONTAS — 2023

ENGENHARIA



A handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page.

1. Introdução	3
2. O início de uma nova página	3
3. Principais acontecimentos	5
4. A Efacec Engenharia e Sistemas em 2023	7
5. Relatório de gestão	14
6. Demonstrações financeiras	19



1. Introdução

A Efacec Engenharia e Sistemas, S.A., aqui designada por Efacec Engenharia, centra a sua atividade no fornecimento de soluções integradas e bens de equipamento para as áreas de mercado da Energia, Ambiente, Transportes e Mobilidade. A empresa está integrada no Grupo Efacec, é detida a 100% pela Efacec Power Solutions SGPS e nela consolida as suas contas.

2. Processo de reprivatização e reestruturação financeira do Grupo

Tendo em conta que a Efacec Engenharia e Sistemas, S.A. é detida a 100% pela holding do Grupo, Efacec Power Solutions, SGPS, S.A., a atividade da empresa ficou impreterivelmente marcada pela conclusão do processo de reprivatização do Grupo Efacec com a aquisição pelo grupo Mutares, com sede na Alemanha, de 100% do capital social da Efacec Power Solutions SGPS, a 31 de outubro de 2023.

A conclusão, com sucesso, do processo de reprivatização da Efacec conduziu, tal como estava estabelecido no caderno de encargos da privatização, ao reforço dos capitais próprios da Efacec e, por essa via, à criação de condições para a normalização da atividade operacional da empresa.

A venda da Efacec à Mutares – grupo alemão, cotado na Bolsa de Frankfurt, especializado em investimento em empresas de cariz industrial e condução do *turnaround* das mesmas - marca assim um virar de página da situação em que a empresa se encontrava desde janeiro de 2020, após a crise acionista despoletada pelo chamado “Luanda Leaks” e do bloqueio do sistema financeiro que se lhe seguiu.

A privatização da empresa tornou possível a tão necessária reestruturação financeira apresentando agora a Efacec capitais próprios superiores a 225M € e um ratio de autonomia financeira superior a 40%.

A dívida financeira do grupo reduziu-se a 35M€ constituída exclusivamente por obrigações convertíveis subscritas pelo Fundo de Capitalização e Resiliência (FdCR) gerido pelo Banco Português de Fomento ao abrigo do Programa de Recapitalização Estratégica com fundos decorrentes do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR).

Simultaneamente, foram finalmente acordadas as condições necessárias à emissão de instrumentos de *trade finance*, nomeadamente garantias bancárias, a favor da empresa, essenciais para o desenvolvimento da sua atividade comercial, em particular nos mercados e produtos de exportação e projetos de infraestruturas elétricas ou de mobilidade.

Estão assim criadas as condições para que a empresa possa aproveitar todo o seu *know-how* tecnológico e as condições de mercado favoráveis proporcionadas pela quase perfeita adequação do seu portefólio às necessidades criadas pela chamada economia verde. O enorme impulso na eletrificação da atividade económica e substituição dos combustíveis fósseis como motor da economia mundial, em particular da europeia, aumentou sobremaneira a procura dos equipamentos e soluções desenvolvidos pela Efacec, que terá agora capacidade de responder a esse aumento.

Ainda assim, grande parte do ano de 2023 foi ainda vivido sob a égide das restrições financeiras provocadas pela situação vivida pela empresa desde janeiro de 2020 e toda a disrupção do ciclo de tesouraria e da atividade operacional daí decorrente pelo que os resultados do grupo, no ano de 2023, são ainda um reflexo de todas essas dificuldades.

Durante este período, a Parpública continuou a assegurar a manutenção da atividade da empresa, nomeadamente em termos de apoio de tesouraria, dotando-a dos respetivos meios financeiros, tendo, com esse apoio, viabilizado as condições que permitiram a concretização da operação de reprivatização.

Não obstante, as restrições vividas nos últimos quatro anos obrigaram a empresa a reforçar os seus processos, tornando-os mais eficientes, a tornar-se mais avessa ao risco na escolha dos seus projetos e dos mercados em que atua, a maximizar o seu *cash-flow*, a ser seletiva e criteriosa na escolha dos seus recursos humanos, em suma a gerir melhor a alocação dos seus recursos.

Foi também a adoção, pela empresa e pelos seus colaboradores, deste diversificado conjunto de medidas de gestão e eficiência da atividade da empresa que contribuiu sobremaneira para a manutenção da valia industrial e do valor operacional do Grupo Efacec durante estes conturbados quatro anos. Importa agora fazer destas medidas uma marca indelével da cultura da empresa, focar a sua atividade nos seus produtos

core e garantir condições de rentabilidade dos seus capitais, sendo que só assim a empresa se conseguirá afastar definitivamente das crises que a assolaram ciclicamente nas últimas duas décadas.

Uma última palavra para agradecer e salientar o imprescindível apoio sentido, e efetivamente realizado, por todos os *stakeholders* da empresa ao longo deste período, dos seus acionistas aos seus colaboradores, passando pelos seus clientes, fornecedores, meio académico e científico e pelas várias comunidades locais onde a Efacec marca presença.

Caberá agora à empresa aproveitar as condições criadas pela conclusão do processo de privatização para garantir a sua sustentabilidade a longo prazo e assim devolver à comunidade e aos seus *stakeholders* todo o apoio recebido.

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'Luís Almeida' and there are several initials and scribbles around it.

3. Principais acontecimentos

Contornámos os obstáculos, inovámos, fomos criativos na criação de novas soluções e reconhecidos por isso.

janeiro

Nova ETAR em Braga

A Efacec vai contribuir para o reforço do Sistema de Tratamento de Águas Residuais do concelho, aumento a capacidade de tratamento de efluentes em cerca de 200 mil habitantes.

abril

Inauguração do maior túnel pedonal do mundo

Foi inaugurado o túnel pedestre de Fyllingsdalen, em Bergen (Noruega), com 3km de extensão, o maior do mundo para trânsito exclusivo de peões e bicicletas.

maio

Contrato para o Sistema de Mobilidade do Mondego

Esta parceria de sete anos, prevê o desenvolvimento, construção e manutenção dos Sistemas de Telemática, permitindo 13 milhões de viagens/ ano no centro de Portugal.

julho

Inauguração de Centro de Tratamento Biológico nos Açores

O Centro de Tratamento Biológico da MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente EIM SA entra em funcionamento, mudando o paradigma da gestão de resíduos nos Açores.

agosto

Comemoração dos 75 anos Efacec sob o *claim* - Inovar pelo mundo que partilhamos

outubro

Prémio Global Light Rail Awards 2023

A Efacec foi distinguida em Londres com o prémio "Highly Commended" na categoria "Outstanding Engineering Achievement".

Receção definitiva da Central Solar de Mogadouro

Após a receção definitiva da Central Solar de Mogadouro com 49MWp para a Smartenergy, a Efacec irá manter os serviços de O&M. Ocorreu igualmente a receção provisória da Central Solar de Mina Tô com 23,4MWp.

Repowering da Central Solar Fotovoltaica de Trajouce

A Efacec será responsável pela conceção, *procurement*, instalação e colocação ao serviço. Serão implementados 1188 painéis fotovoltaicos de 670W distribuídos no campo solar e ligados a inversores EFASOLAR 500.

novembro

Metas de Descarbonização Validadas pela SBTi

A Efacec recebeu a validação das suas metas de descarbonização pela Science Based Target initiative (SBTi) – entidade de referência mundial que assegura o alinhamento das ambições empresariais com a ciência climática.

Prémio OCI 2022

A Efacec conquistou o prémio de melhor estratégia de comunicação na categoria Ambiental, Social e Governança Corporativa – ESG, com a Estratégia de Redefinição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

dezembro

Efacec conquista novo cliente na Dinamarca

Escolhida pela Midtjyske Jernbaner (MJBA), a Efacec vai fornecer uma estação de carregamento dos novos comboios a baterias.

Mais de meia centena de colaboradores obtêm certificados de competências

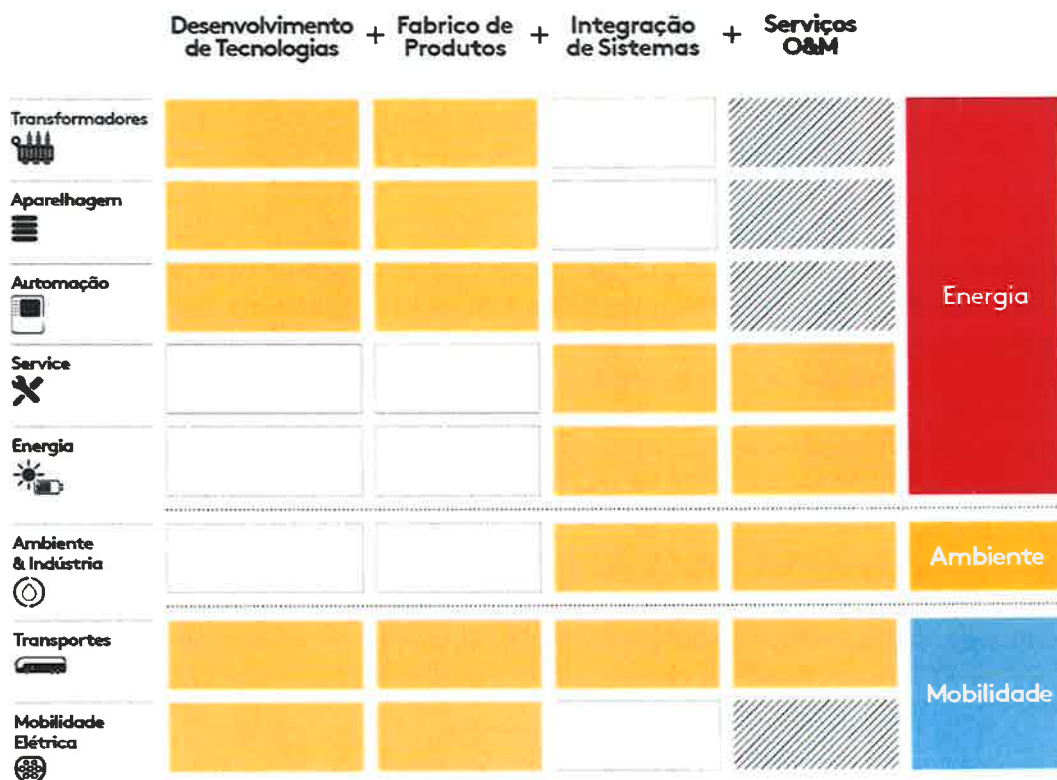
Na sequência da parceria entre a Mast3r Academia da Efacec e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, 56 colaboradores da Efacec aderiram ao projeto de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.



4. A Efacec Engenharia e Sistemas em 2023

	VOLUME DE NEGÓCIOS (M€)	EBITDA GESTÃO (M€)	Nº DE COLABORADORES
Energia	12,5	-9,8	138
Ambiente & Indústria	27,8	-11,6	86
Transportes	22,1	-3,9	199

A Efacec posiciona-se no mercado como um Fornecedor de soluções plenamente integradas, desde:



/// Service de Transformadores, Aparelhagem Automação e Mobilidade Elétrica

Handwritten signatures and initials in blue ink.

4.1 Principais encomendas do ano



Na área da Energia, a Horizon Equity Partners adjudicou à Efacec o *repowering* da Central Solar Fotovoltaica de Trajouce, contemplando a conceção, *procurement*, instalação e colocação ao serviço. Serão implementados 1188 painéis fotovoltaicos de 670W distribuídos no campo solar e ligados a inversores EFASOLAR 500 já existentes, aumentando a potência instalada de 4,4MWp para 5,2MWp. Financiado pela Millennium BCP, o projeto surge no seguimento do contrato iniciado em março para o mesmo cliente, relativo à Operação & Manutenção (O&M), durante três anos, da central fotovoltaica Trajouce 1 e 2, com capacidade de produção anual de 8.000MWh e que será aumentada em 1.295MWh. Esta central vai fornecer energia para mais de 2.000 habitações e evitar a emissão de mais de 3.500 toneladas de CO₂ por ano.

A O&M da Subestação 144MVA 30/150kV da Central Solar de Alcoutim, do cliente Galp, também ficará a cargo da Efacec, constituindo-se uma oportunidade futura de extensão dos serviços fornecidos.

A SOGENAVE adjudicou à Efacec a atualização tecnológica da unidade de autoconsumos Solar PV de 500kWp que instalou recentemente nos telhados das instalações da SOGENAVE na Maia. Este *upgrade* irá permitir que a unidade de autoconsumo injete energia na rede pública, viabilizando a venda dos excedentes de energia produzidos pela respetiva unidade.



Na área do Ambiente, a AGERE, Entidade Gestora de Águas e Resíduos do Município de Braga, adjudicou à Efacec, em parceria com as empresas Alexandre Barbosa Borges (ABB) e Névoa, o projeto para a ETAR de Braga. Localizada no Vale do Este, terá uma capacidade de tratamento de efluentes de cerca de 200 mil habitantes e reforçará o Sistema de Tratamento de Águas Residuais do concelho onde está inserido. Para este projeto está a ser desenvolvida uma solução que visa a construção de uma instalação sustentável, através de tecnologias e equipamentos que fomentam a eficiência energética, a reutilização de efluente tratado, a redução de produção de resíduos e consequente redução de emissão de CO₂ na atmosfera.

Em parceria com a Thyssenkrupp Industrial Solutions SAS France, a Efacec vai fornecer um sistema de despoeiramento para um moinho de cimento na CIMAF - OUAGADOUGOU, em Burkina Faso, uma fábrica de referência na produção de cimento na região. O sistema de despoeiramento fornecido irá cumprir com as normas mais rigorosas de controle ambiental através da redução de partículas emitidas para a atmosfera e de segurança industrial.

Ainda em 2023, a Efacec assinou um contrato com a Belga Studybel, empresa do Grupo Bocard para a conceção e fornecimento de dois filtros de mangas para despoeiramento dos gases de exaustão de dois fornos de cal existentes na central de produção de agregados industriais da sociedade Belga Carmeuse em Aisemont, região de Namur na Bélgica.



Na área dos Transportes, a Efacec solidificou a sua presença no mercado da Dinamarca, onde já implementou projetos nos caminhos de ferro e nos metros de Copenhaga e Odense. Foi selecionada pela Midtjyske Jernbaner (MJBA), operador ferroviário da região de Midtjylland, para fornecer uma estação de carregamento de uma nova frota de comboios a baterias, potenciando a mudança deste operador para uma mobilidade livre de carbono, em substituição dos atuais veículos a diesel. O contrato assinado contempla a conceção e fornecimento, em regime de chave na mão, de uma estação com 4,4MW de potência e três pontos de carregamento estacionários através de curtos troços de catenária a 25kV, permitindo o carregamento de um comboio em menos de 10 minutos.

Em Portugal, a Efacec vai participar num dos maiores projetos nacionais de mobilidade urbana/suburbana, a construção do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM) - um sistema de transporte público de passageiros, do tipo Metrobus, realizado em modo rodoviário, totalmente elétrico e em canal próprio, a implementar nos concelhos de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã numa extensão de 42km, distribuídos por duas linhas com 41 estações, assegurando até 13 milhões de viagens ao ano. A Efacec terá a cargo o desenvolvimento tecnológico, construção e consequente manutenção dos sistemas de telemática, que incluem, entre outros, os sistemas de SAE (Sistema de Apoio à Exploração), rede de dados, informação ao passageiro, videovigilância, semaforização, sinalização rodoviária e os sistemas de telemática nos 40 veículos.

Ainda nas soluções de transporte urbano, a Efacec voltou a ser selecionada pela Metro do Porto para o fornecimento de soluções que contribuem para a fiabilidade e segurança da operação, com a adjudicação da empreitada de conceção e fornecimento chave na mão do sistema de sinalização para o novo Parque de Material e Oficinas (PMO), em construção no âmbito da extensão da linha Amarela até Vila d'Este, em Vila Nova de Gaia. A solução será baseada no sistema de sinalização "AEGIS by Efacec" - inovador e desenvolvido integralmente pela empresa, de acordo com os mais elevados níveis de segurança exigíveis em ambientes ferroviários, sendo a única solução do tipo produzida pela indústria portuguesa.

Ainda em Portugal, mas no domínio ferroviário, a Efacec foi escolhida pela Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP) para conceber e implementar as soluções de Telemática a aplicar na Modernização das Linhas do Oeste (Troço Meleças – Caldas da Rainha) e da Beira Alta (troço Pampilhosa – Vilar Formoso), esta última numa participação em ACE. Estes novos contratos permitirão à IP reforçar a capacidade e eficiência do serviço de transporte ferroviário ao melhorar os níveis de disponibilidade e ao reduzir os tempos de percurso. No âmbito da Efacec, está incluído o fornecimento chave na mão dos sistemas de alimentação, rede de dados, rede telefónica de exploração, sincronismo horário, sistema de supervisão técnica das infraestruturas e a rede física de transmissão.

4.2 Principais desenvolvimentos tecnológicos do ano

A Efacec mantém o seu compromisso de contribuir ativamente e de ser um exemplo mobilizador no combate às alterações climáticas, apostando em soluções tecnológicas inovadoras que acelerem a transição energética, a mobilidade sustentável e a descarbonização da indústria.

Em 2023, a Efacec prosseguiu a sua aposta na inovação tecnológica como elemento-chave na geração de valor e na resposta às necessidades de cada cliente, destacando-se a continuidade de uma oferta focada na integração mais eficiente de energias renováveis na rede elétrica, no desenvolvimento de soluções que suportem o crescimento da mobilidade elétrica e da mobilidade urbana partilhada e na criação de uma

oferta integrada para os gases renováveis. A expansão do ecossistema de inovação da empresa, através de colaborações diferenciadas e complementares ao nível das competências e dos conhecimentos científicos e tecnológicos em áreas críticas, resultaram na assinatura dos Termos de Aceitação das Agendas: **Aliança para a Transição Energética (ATE)** e **H2DRIVEN - H2 Como Vetor do Metanol Verde para a Indústria Química e Mobilidade Pesada**, no âmbito da Componente C5, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Liderado pela Efacec, a Agenda ATE agrega os esforços de cerca de 80 copromotores (empresas, entidades do sistema de investigação e de inovação e associações), envolve um investimento próximo de 274M€ e visa a geração de valor no contexto da descarbonização, descentralização e digitalização do setor da energia, criando, em Portugal, um ecossistema estruturante único e competitivo à escala internacional. A Agenda envolve mais de 1000 pessoas altamente qualificadas, tem expectativa de criar cerca de 400 postos de trabalho qualificados e cerca de 80 novos produtos/ serviços com elevado potencial de mercado a nível internacional. Está estruturada em múltiplos projetos agrupados em seis pilares de competitividade que endereçam, de forma alargada, o setor da energia e a sua descarbonização, incluindo as plataformas de gestão, a geração de base renovável, as comunidades energéticas e as microrredes, a eficiência energética na indústria, os gases renováveis, como o hidrogénio verde e o bioetanol, a mobilidade sustentável e as infraestruturas de interligação e *coupling*, nomeadamente as redes inteligentes de eletricidade e de gás.

Também focada na transição energética, a Agenda H2DRIVEN endereça a descarbonização do transporte marítimo pela produção em escala de metanol renovável. Para tal, o consórcio aposta no desenvolvimento de tecnologias e de processos inovadores na área dos combustíveis renováveis, bem como na criação de uma fileira industrial de produção e uso de metanol renovável, enquanto combustível que permite a descarbonização do transporte marítimo.

Inovação

A inovação tecnológica continua a assumir uma importância crescente na sustentabilidade da Efacec, sendo ela também essencial no combate aos efeitos das alterações climáticas. Nesse contexto, a iniciativa de inovação aberta, lançada com suporte do Projeto Europeu PITCCH e que visava desenvolver um sistema inteligente de monitorização de transformadores de distribuição, deu origem ao primeiro protótipo em 2023. A colaboração entre a Efacec e uma *startup* resultou num design inovador para a solução *Diagnosis(r)*, a instalar no início de 2024 na rede da EDA – Eletricidade dos Açores, na Ilha Terceira, num piloto tecnológico demonstrador do Projeto Europeu IANOS. Esta inovação pode representar um salto significativo na Gestão de Ativos Digitais e na eficiência de operação e manutenção de transformadores de distribuição da rede elétrica.

Na continuidade da transformação digital de processos e implementação de ferramentas de suporte mais ágil aos mesmos, foi desenvolvida e colocada em utilização a **Plataforma ProjectHUB**, que permite registar e aprovar os pedidos de abertura de projetos em ERP, bem como efetuar um acompanhamento informado dos indicadores-chave da qualidade da implementação de cada projeto face ao planeamento inicial e aos objetivos do projeto.

4.2.1 Projetos tecnológicos do ano

Prosseguindo a estratégia de inovar melhor e oferecer soluções que aportem maior valor e diferenciação, a Efacec manteve a aposta em desenvolver soluções tecnológicas mais inovadoras, mais digitais e mais amigas do ambiente.

Foram concluídos todos os projetos do Programa-Quadro Portugal 2020, tendo sido reportados e encerrados três dezenas de projetos ID&T com incentivo externo, executados operacionalmente nos últimos anos. A execução de um portefólio extenso de projetos I&DT durante 2023 deu origem a um conjunto relevante de inovações, sendo de salientar:

PROJETOS ID&T CONCLUÍDOS EM 2023

DigiLightRail (PT 2020)

Liderado pela Efacec e com a participação de HASLab/INESCTEC/Universidade do Minho, o projeto desenvolveu: **a)** solução integrada de comunicação entre equipamentos instalados no solo e a bordo dos comboios; **b)** aplicação de automatização de boa parte do ciclo de vida dos projetos de sinalização ferroviária; **c)** protótipo de um ATP (Automated Train Protection), demonstrado em fábrica. Pretende-se continuar este desenvolvimento, criando uma solução tecnológica que complemente a oferta Efacec em sinalização ferroviária.

Ferrovía 4.0 (PT 2020)

Projeto mobilizador liderado pela Efacec e que envolveu 21 entidades do *Cluster Ferroviário Português*, que permitiu desenvolver soluções inovadoras para áreas críticas do sistema ferroviário. Nomeadamente, aumentar a sustentabilidade desse sistema de mobilidade de muito baixas emissões, otimizar a operação e manutenção dos sistemas, plataformas de gestão de sistemas críticos de segurança, comunicações e cibersegurança.

Inovação de Produto

Em 2023 as equipas da Tecnologia continuaram a colaborar com as outras áreas da organização para desenvolver e introduzir no mercado inovações de produto.

Na área de **Transportes** destaca-se o início do desenvolvimento de uma inovadora plataforma de integração para Centros de Operação e Comando de sistemas públicos de transporte, sendo de salientar uma nova Interface Homem-Máquina suportada em aplicações web, assegurando uma imagem integrada unificada das diferentes aplicações Efacec para gestão dos sistemas de sinalização, comando centralizado e apoio à exploração. Além do *upgrade* tecnológico do *front-end*, é objetivo do projeto a atualização da arquitetura base da plataforma de integração dos diversos subsistemas de operação e gestão, estando planeada a sua primeira instalação em projeto de cliente no final de 2024.

4.3 Principais realizações do ano



Na área da Energia em Portugal, a Efacec obteve com sucesso, após o período normal de garantia de dois anos, a receção definitiva da Central Solar de Mogadouro com 49MWp para a Smartenergy, mantendo os serviços de Operação & Manutenção. Também em Mogadouro e para o mesmo cliente, ocorreu a receção provisória da Central Solar de Mina Tó com 23,4MWp, iniciando assim o período de garantia de dois anos.

Foram concluídas as duas centrais de autoconsumo, de 1MWp cada, para a Têxtil Manuel Gonçalves (TMG), com o propósito de reduzir a sua fatura energética e a pegada carbónica.

No Chile, para a maior *utility* de transmissão do país, TRANSELEC (TSO), a Efacec concluiu o projeto EPC da subestação Laja, entregando à comunidade melhor qualidade de serviço no abastecimento de energia elétrica. O projeto, de interesse público, teve a duração de 24 meses e consistiu na ampliação de

barra e conexão de uma nova linha de 66kV entre as subestações Señoraza e Laja, incorporando adicionalmente um painel da linha de 66kV entre Charrúa - Laja no extremo da subestação Laja.

Foram remodeladas parcialmente duas importantes subestações na Albânia, incluindo a colocação em serviço de um novo autotransformador 220/115/20kV com 150MVA na subestação de Rrashbull, contribuindo significativamente para a estabilidade da rede de transmissão do país. A Efacec Contracting Central Europe (Áustria) foi responsável pela execução da engenharia, *procurement*, fornecimento, montagem e comissionamento do projeto de Tirana Ring que inclui além da remodelação destas duas subestações (Tirana 2 e Rrashbull) a construção de uma nova subestação de 400/110/20kV na região de Tirana e o fornecimento de dois transformadores de 400/110/ 20kV com 150MVA de potência.

Na Arménia, a Efacec finalizou com sucesso o período de garantia de dois anos do projeto de Vorotan. Foi responsável pela remodelação elétrica de três importantes instalações hidroelétricas de Tatev, Shamb e Spandaryan, que incluiu a remodelação das subestações elevatórias de 220kV e 110kV, os sistemas de automação e proteção e os sistemas de controle e alimentação dos sistemas auxiliares das instalações hidroelétricas.

Na Tunísia, foram colocadas em serviço mais duas subestações para o cliente STEG (Moknine de 225/150kV e Oued Zarda 2 de 225/90kV), permitindo o aumento da qualidade e capacidade da rede elétrica do país.

No âmbito do contrato com a China Gezhouba Group Company (CGGC) para a reabilitação e reforço de potência no aproveitamento hidroelétrico do rio Luachimo, em Angola, a Efacec foi responsável pela engenharia, fornecimento, transporte, montagem e colocação em serviço de todos os equipamentos da nova Central, num total de 36MW. Foi realizada a montagem e colocação em serviço do 3º Grupo, ficando três grupos, de 9MW cada, disponíveis para operação.



Na área do Ambiente, a Efacec enquanto líder do consórcio e em parceria com a empresa alemã BTA, concluiu a conceção, fornecimento e montagem de equipamento para aumento da capacidade de valorização orgânica do tratamento mecânico e biológico de Leiria. Esta ampliação permite processar 25.000 ton/ano de matéria orgânica proveniente de recolha seletiva, com capacidade horária de 6 ton/h. A valorização dos resíduos permite uma produção mínima de biogás de 450 m³/t de sólidos voláteis com teor mínimo de metano de 60%. A qualidade do composto no parâmetro “materiais inertes antropogénicos” é equivalente a Classe II, de acordo com o Decreto-Lei 103/2015, de 15 de junho.

O Centro de Tratamento Biológico (CTB) da MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente EIM SA, foi inaugurado e já está em funcionamento na ilha de São Miguel, mudando o paradigma da gestão de resíduos nos Açores. Desenvolvido pela Efacec, que liderou o consórcio com a empresa de construção civil Marques S.A., o novo espaço da MUSAMI apresenta as condições para o cumprimento das exigentes metas europeias em matéria de valorização de resíduos, nomeadamente através do tratamento de Resíduos Biodegradáveis provenientes de recolha seletiva, para produção de biogás através de digestão anaeróbia e de composto através de sistema de compostagem. Foi dimensionado para processar 12 mil toneladas de resíduos orgânicos de recolha seletiva e vai produzir 4.574 ton/ano de composto a ser utilizado como corretivo orgânico e 960.000Nm³/ano de biogás, que será aproveitado para produção de energia elétrica.

Para a Thyssenkrupp Industrial Solutions SAS France, a Efacec forneceu 48 instalações de despoejamento para a construção de uma nova linha de clínquer mais moderna, digitalizada e eficiente

na nova fábrica do grupo Heidelberg Cement, em Airvault, França. Cada uma destas instalações foi concebida e desenvolvida pela Efacec sob medida, levando em consideração as especificidades da nova linha e as exigências ambientais locais. Estas soluções proporcionaram uma redução significativa das partículas emitidas para a atmosfera, contribuindo para o cumprimento das normas ambientais e para a descarbonização da nova fábrica.

Ainda em 2023, a Efacec concluiu o fornecimento de um Sistema de Dessulfurização dos Gases Provenientes do Forno de Vidro número 2 existente na Fábrica SB Vidros do cliente VIDRALA, na Marinha Grande. Este sistema permitirá a redução da acidez dos gases emitidos para a atmosfera, cumprindo com o Valor Limite de Emissão (VLE) exigido pela legislação nacional e europeia, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.



Na área dos Transportes, foi um ano de importantes concretizações no mercado nórdico. Na Noruega, na região de Bergen, foi inaugurado o túnel pedestre de Fyllingsdalen que, com 3km de extensão, é o maior túnel do mundo especificamente construído para trânsito exclusivo de peões e bicicletas. A Efacec desenhou e implementou as soluções de segurança do túnel, nomeadamente os sistemas de vídeo, sistema sonoro de evacuação, telefones de emergência, semáforos à entrada dos túneis, unidades de comando e controlo (RTU's), sistema de contagem de peões e bicicletas, controlo de acessos e infraestruturas fixas e de comunicação, bem como a integração de todos os alarmes com a rede de Metro Ligeiro e com o Centro de Comando da Statens Vegvesen. Foi também inaugurado o túnel pedonal de Kronstad, com 475m, e no qual foram instalados os mesmos sistemas.

Na Suécia, foi realizada a aprovação da Passagem de Nível XSafe, incluindo o novo mecanismo de barreira XBarrier 100, pela autoridade ferroviária sueca Trafikverket. Esta aprovação do produto desenvolvido pela Efacec insere-se no âmbito de um contrato quadro de fornecimento de Passagens de Nível para os caminhos de ferro suecos, que se iniciará em 2024 com o fornecimento em série dos primeiros sistemas que, de acordo com o contrato quadro, poderá alargar-se durante os próximos 25 anos.

Na Dinamarca, foi realizada a energização de todo o sistema da extensão Sydhavnen do Metro de Copenhaga, permitindo a circulação (em teste) das primeiras composições de Metro, passo essencial para a abertura ao público da linha, a ocorrer em 2024. Neste projeto, a Efacec foi responsável pelo fornecimento integral dos sistemas de energia, incluindo seis subestações para alimentação de estações, poços de ventilação e tração, bem como pela rede de média tensão no túnel e sistema SCADA.

5 Relatório de gestão

5.1. Análise das demonstrações de resultados de gestão e financeiras

A análise que se segue e os indicadores que a ilustram baseiam-se nos reportes utilizados pelos Órgãos de Gestão no acompanhamento regular das contas da Empresa. A Efacec Engenharia e Sistemas analisa, mensalmente, a sua *performance* com base nas contas de gestão, numa dupla perspetiva de (i) organização por Unidade de Negócio e (ii) formação dos resultados numa ótica funcional. As contas de gestão baseiam-se em conceitos que, nalguns casos, diferem dos critérios contabilísticos seguidos na apresentação das demonstrações financeiras, mas que espelham fielmente a ótica seguida na gestão regular e corrente dos negócios da Empresa.

A análise económica e financeira das contas da Empresa aqui realizada permite identificar com precisão as diferenças de conceito, que se situam ao nível do EBITDA, estabelecendo no próprio quadro de indicadores a ponte entre as duas óticas.

Alteração do conceito de EBITDA:

A partir de 2021, a rubrica de imparidades e provisões, bem como o fee de gestão, passaram a ser considerados para o cálculo do EBITDA Gestão e conseqüentemente do EBITDA Estatutário.

No que diz respeito ao EBITDA de Gestão, esta alteração teve por base uma maior aproximação do EBITDA ao Cash flow (método indireto), imprescindível para definir e avaliar a performance, nomeadamente:

- Dar uma correta visão do EBITDA uma vez que as provisões e imparidades fazem parte da atividade/negócio (o risco está registado na margem bruta (MB), uma vez que as contingências estão registadas na MB Comercial dos Projetos e previstas em Orçamento);
- Melhorar a previsibilidade de possíveis problemas em projetos (registo de provisões), de forma a tomar ações corretivas atempadamente;
- Focar a direção das Unidades de Negócio e Gestão de projetos, promovendo a recuperação/reversão de imparidades e provisões.

Atividade da Efacec Engenharia e Sistemas em 2023:

Os últimos anos têm sido marcados por uma sucessão de factos extremamente relevantes para a atividade da Efacec com impacto no próprio ano e anos subsequentes, que vieram condicionar decisivamente o desenvolvimento dos negócios. A crise acionista gerada pela publicação dos ficheiros Luanda Leaks, o bloqueio do sistema financeiro que lhe sucedeu e o contexto de pandemia que se prolongou ao longo de todo o ano 2020 e 2021 tiveram e têm impactos muito significativos na atividade e resultados do próprio exercício e do período, com repercussão nos seguintes.

A atividade da Efacec Engenharia e Sistemas no período em análise reflete ainda as situações ocorridas nesse período, descritas no parágrafo anterior, com impactos relevantes, o processo de nacionalização parcial da empresa, iniciado no segundo semestre de 2020 e o processo de reprivatização concluído em junho de 2023, com a seleção final do candidato para aquisição das ações da EPS objeto da reprivatização, tendo a escolha recaído sobre o Grupo alemão Mutares. Finalmente, em 31 de outubro de 2023 depois de cumpridas todas as condições precedentes, foi possível concluir a operação de reprivatização, com a transferência de titularidade das ações e a necessária recapitalização da Empresa. Refira-se que durante todo este longo período, o acionista maioritário acompanhou e contribuiu com os melhores esforços e as medidas necessárias para garantir o cumprimento atempado das obrigações fundamentais do Grupo.

Com o adiamento da concretização do processo de reprivatização e o conseqüente atraso na normalização quer das operações, quer do *trade finance*, o ano de 2023, ficou marcado por uma redução global da atividade operacional e comercial do grupo face ao ano anterior.

Durante o exercício de 2023 a Efacec Engenharia e Sistemas alcançou um volume de **encomendas** de cerca de 60M€, um valor em linha com o ano anterior (+1%), com a UN Transportes a representar cerca de 70%.

Ao nível das **receitas**, em 2023 a Empresa registou um volume de 46,5M€, uma forte redução de 44% face ao período homólogo. Esta redução ocorreu nas UN Energia e Transportes. Ao nível da **margem bruta** média na Efacec Engenharia e Sistemas, em 2023, foi de -32,5% contra 5,7% em 2022, com principal contributo das UN Energia e Ambiente. Esta margem bruta está afetada não só pela forte redução da atividade (que não permite assim cobrir os custos fixos), bem como pelo avançar de projetos onerosos antigos com reconhecimento de margens negativas no exercício.

<i>milhões euros</i>	2023	2022
Encomendas	59,9	59,5
Receitas	46,5	82,4
Custos diretos	-61,6	-77,7
Margem Bruta	-15,1	4,7
Custos indiretos	-14,3	-15,3
Fee de Gestão	-1,6	-1,4
Provisões e imparidades	0,0	-11,3
EBITDA de gestão	-29,3	-22,0

O **EBITDA de gestão**, utilizado para aferir a performance do Grupo e de cada uma das Unidades de Negócio, obtém-se deduzindo às receitas os custos diretos e indiretos, bem como as Provisões e Imparidades:

- Os **custos diretos** agrupam todos os elementos de custo imputados a projetos ou produtos fabricados (materiais, mão de obra direta, serviços subcontratados, encargos gerais e despesas diretamente relacionadas com as vendas), diferenças de câmbio operacionais e outros custos necessários à atividade das Unidades de Negócio (qualidade, logística e desenvolvimento do produto). A dedução dos custos diretos às receitas determina a **margem bruta**, cujo valor médio em 2023 se cifrou em 32,5% face aos 5,7% registados em 2022, conforme referido no parágrafo anterior.
- Os **custos indiretos** incluem essencialmente custos de estrutura, englobando as funções comerciais, administrativas e de direção, e apresentam uma redução face ao ano anterior de 7%.
- As Provisões e Imparidades líquidas no ano apresentam também uma forte redução face ao período homólogo, contribuindo positivamente para o valor do EBITDA. Em 2023 foram utilizadas provisões relacionadas com execução de projetos, constituídas em períodos anteriores, em cerca de 10,0M€.

A este nível, é determinado o EBITDA de gestão, não sendo consideradas rubricas não recorrentes. Em 2023, o EBITDA de gestão da Efacec Engenharia e Sistemas ascendeu a -29,3M€, um agravamento face a 2022.

<i>milhões euros</i>	2023	2022
EBITDA de gestão	-29,3	-22,0
Custos com Rescisões contratuais	0,0	0,0
Resultados extraoperacionais	0,0	0,0
IFRS.16	0,8	0,9
EBITDA estatutário	-28,6	-21,1
Amortizações e depreciações	-2,1	-2,1
Custos Financeiros líquidos	8,2	0,0
Resultados em associadas	0,0	0,0
Resultado antes de impostos	-22,4	-23,2
Impostos	3,5	4,1
Resultado líquido	-18,9	-19,1

Em 2023 os valores registados nas rubricas Extraoperacionais foram irrelevantes, no seguimento do verificado em 2022.

A adoção da IFRS.16 tem impacto positivo no EBITDA estatutário, mas que é desconsiderado nas análises de gestão.

Por outro lado, a partir de 2019, a Empresa adotou a IFRS.16, que tem impacto positivo no EBITDA estatutário, mas que a Empresa desconsidera dos seus indicadores de gestão. Após estes efeitos, o **EBITDA estatutário** fixou-se em cerca de -28,6M€, que representa uma melhoria face ao valor de -21,1M€ de 2022.

O **resultado antes de impostos** atingiu em 2023 o valor de -22,4M€, face aos -23,2M€ registados em 2022. Este valor está bastante impactado pelo perdão de dívida bancária, decorrente do processo de reprivatização do Grupo Efacec, definido no exercício de 2023.

A estimativa de imposto trouxe um efeito positivo aos resultados de 2023, por efeito do registo de ativos por imposto diferido relativos a benefícios fiscais à investigação e desenvolvimento a reportar (conforme nota 24 do anexo às contas). Assim, o **resultado líquido** da empresa em 2023 atingiu o valor de -18,9M€, face a -19,1 milhões negativos registados no ano anterior.

No final de 2023, o ativo da Efacec Engenharia e Sistemas era de 185,4M€ e o capital próprio de 25,3M€.

	<i>milhões euros</i>	2023	2022
ACTIVO		117,1	185,4
<i>principais rubricas e variações:</i>			
Ativo Tangível e Intangível		13,5	14,7
Clientes		33,5	34,1
Acréscimo de rendimentos		13,2	25,2
Existências		4,8	4,3
Empréstimos Grupo		0,1	62,2
Ativo por imposto diferido		9,1	16,6
PASSIVO		96,5	160,1
<i>principais rubricas e variações:</i>			
Dívida financeira		0,7	47,3
Provisões		28,6	26,1
Fornecedores		31,8	44,0
Rendimentos a reconhecer		16,3	21,8
CAPITAL PRÓPRIO		20,6	25,3

No que respeita à posição financeira, em 2023, esta foi fortemente alterada pelas operações decorrentes da reprivatização/reestruturação do Grupo Efacec, com respetivo impacto nas suas participadas.

No final de 2023, o ativo da Efacec Engenharia e Sistemas era de 117,1M€ e o capital próprio de 20,6M€.

Um dos principais impactos no ativo da empresa foi na rubrica de Ativo por imposto diferido, tendo a empresa cedido, à empresa mãe, créditos relativos a prejuízos fiscais no montante de cerca de 11M€ (conforme nota 18.1 do anexo às contas).

Decorrente do mesmo processo o **Capital Próprio** apresenta um valor de 20,6M€, por efeito das operações de aumento de capital e cobertura de prejuízos acumulados (conforme *Demonstrações de alterações ao Capital Próprio*). Após estes movimentos a autonomia financeira apresenta um valor de 17,6%, que compara com um rácio de 13,6% no período homólogo.

<i>milhões euros</i>	2023	2022
Capital próprio no início do exercício	25,3	44,7
Aumento de capital p/ cobertura prejuízos	33,3	0,0
Prestações suplementares	-19,1	0,0
Dividendos pagos	0,0	0,0
Resultado líquido	-18,9	-19,1
Reserva de instrumentos financeiros	0,0	0,0
Outras variações	0,0	-0,3
Capital próprio no fim do exercício	20,6	25,3

O **Fundo de Maneio** inclui as rubricas Existências, Clientes, Acréscimo de rendimentos, Devedores e custos diferidos, Fornecedores e faturas em receção, Credores e acréscimos de custos, e Rendimentos a reconhecer. Globalmente, em 2023 o Fundo de Maneio da empresa aumentou em cerca de 18,5M€, decorrente em grande parte de uma forte redução no passivo (fornecedores), com o início da regularização de saldos e a redução de atividade.

Ao nível do financiamento, com as operações referidas anteriormente de reprivatização/reestruturação do Grupo Efacec, a **Dívida Líquida** constante da Demonstração da Posição Financeira a 31.12.2023 e 2022 é a seguinte:

<i>milhões euros</i>	2023	2022
Dívida bancária	0,0	46,9
Disponibilidades	-4,5	-1,8
Empréstimos conc./obtidos Grupo	0,6	-61,6
Dívida financeira líquida	-3,9	-16,5
Custo amortizado	0,0	-0,1
Dívida líquida da Dem.Pos.Financeira	-3,9	-16,7

No final do ano 2023 a empresa tinha liquidado a dívida bancária existente, ficando apenas com um empréstimo dos seus acionistas.

5.2. Órgãos sociais

Conselho de Administração

Christian Klingler - Presidente

Ângelo Manuel da Cruz Ramalho

Jorge Guilherme de Almeida Barreiros

Fernando José Rabaça Vaz

Michael Barroso da Silva

Nuno Filipe Gonçalves da Silva

5.3. Proposta de aplicação de resultados

Considerando que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 se apurou como resultado líquido do exercício o montante de -18 884 636,52, o Conselho de Administração propõe, nos termos das disposições legais e estatutárias, que o referido resultado negativo seja transferido para a conta de resultados transitados.

5.4. Informação legal sobre participações detidas na sociedade

Em cumprimento do estabelecido no artigo 447º do código das Sociedades Comerciais, declara-se que, à data de 31 de dezembro de 2023, não existem ações da Sociedade detidas ou imputáveis aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Maia, 19 de março de 2024

O Conselho de Administração


Christian Klingler - Presidente


Ângela Manuel da Cruz Ramalho


Jorge Guilherme de Almeida Barreiros


Fernando José Rabaça Vaz


Michael Barroso da Silva


Nuno Filipe Gonçalves da Silva

6. Demonstrações financeiras

EFACEC Engenharia e Sistemas, S.A.

Demonstração da posição financeira
em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Os valores monetários estão expressos em euros

	Notas	2023	2022
Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos Tangíveis	4	11 881 463	12 627 058
Ativos sob direito de uso	6	442 051	1 172 962
Ativos Intangíveis	5	1 571 083	2 059 829
Investimentos Financeiros	7	1 306 321	76 652
Empréstimos a Entidades Relacionadas	29	0	0
Devedores e Gastos a reconhecer	10	7 611 318	8 044 075
Ativos por Impostos Diferidos	18.1	9 060 139	16 573 810
		31 872 376	40 554 386
Ativo Corrente			
Existências	11	4 800 341	4 298 393
Clientes	8	33 486 891	34 069 007
Acréscimo de Rendimentos	9	13 225 811	25 189 633
Empréstimos a Entidades Relacionadas	29	95 751	62 238 963
Devedores e Gastos a Reconhecer	10	29 131 296	17 333 503
Caixa e Equivalentes de Caixa	12	4 476 128	1 752 879
		85 216 217	144 882 379
		117 088 593	185 436 765
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital	21.1	11 250 000	11 250 000
Prestações Acessórias	21.2	25 423 828	44 500 000
Reserva Legal	21.3	0	3 590 670
Reservas e resultados acumulados	21.3	-17 447 265	-35 597 453
Outro rendimento integral acumulado	21.4	1 339 468	1 549 457
		20 566 031	25 292 673
Passivo Não Corrente			
Provisões	19	28 597 279	26 131 484
Empréstimos Obtidos	16	0	30 573 487
Passivos de locação	17	46 203	498 106
Credores e Acréscimo de Gastos		1 083	1 083
Passivos por Impostos Diferidos	18.2	272 092	272 092
		28 916 657	57 476 252
Passivo Corrente			
Empréstimos Obtidos	16	0	16 062 853
Empréstimos de Entidades Relacionadas	29	692 061	623 804
Passivos de locação	17	453 439	774 548
Fornecedores	13	31 787 125	43 995 297
Faturas em receção e conferência	14	3 131 446	5 674 901
Credores e Acréscimo de Gastos	15	15 212 759	13 739 435
Rendimentos a Reconhecer	20	16 329 074	21 797 003
		67 605 905	102 667 840
		117 088 593	185 436 765

As Notas subsequentes fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Contabilista Certificado

Alípio Manoel P.F. da Silva Amelo 19

Conselho de Administração

U. L. Carru.

N. S. L.

J. P. L.

J. Barros

EFACEC Engenharia e Sistemas, S.A.

Demonstração de resultados por natureza para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Os valores monetários estão expressos em euros

	Notas	2023	2022
Vendas e Prestação de Serviços	31	46 496 602	82 394 580
Variação de Produção		1 261 821	-775 320
Custo das Vendas e das Matérias Consumidas		-20 452 964	-31 880 396
Fornecimentos e Serviços Externos	22.1	-33 469 743	-40 785 998
Gastos com o Pessoal	22.2	-18 136 202	-21 294 333
Gastos com rescisões contratuais		-19 507	-5 690
Amortizações e depreciações	4-5-22.3	-2 066 634	-2 106 924
Provisões e Imparidade de ativos	22.4	33 558	-11 335 625
Aumentos/reduções de justo valor		6 288	-2 002
Outros gastos operacionais	22.5	-6 395 710	-998 335
Outros rendimentos operacionais	22.5	2 103 785	3 586 291
Resultado Operacional		-30 638 706	-23 203 751
Gastos Financeiros	23	-3 665 825	-3 182 291
Rendimentos Financeiros	23	11 897 576	3 181 750
Perdas/Ganhos em entidades relacionadas		23 065	0
Resultado antes de impostos		-22 383 891	-23 204 292
Imposto sobre o rendimento - Diferido	24	4 071 746	5 072 871
Imposto sobre o rendimento - Corrente	24	-572 492	-937 717
Resultado Líquido		-18 884 637	-19 069 139
Resultado líquido por ação			
Básico	25	-8.39	-8.48
Diluído	25	-8.39	-8.48

As Notas subsequentes fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado

Dr. Manuel P.F. Vieira Amorim

Conselho de Administração

M. L. Morais
J. P. L.
João Nunes Silva

EFACEC Engenharia e Sistemas, S.A.

Demonstração do rendimento integral
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Os valores monetários estão expressos em euros

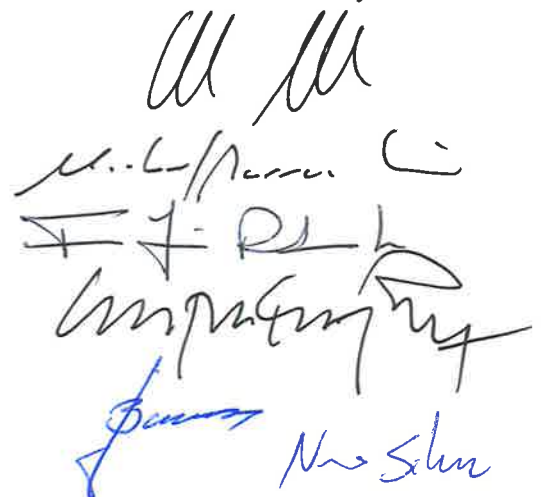
	2023	2022
Resultado Líquido (1)	-18 884 637	-19 069 139
Outro rendimento integral		
<u>Itens reclassificáveis para resultados:</u>		
Varição da reserva de conversão monetária	-209 989	-337 991
	-209 989	-337 991
<u>Itens não reclassificáveis para resultados:</u>		
Varição de excedentes de valorização de ativos fixos	0	0
Outro rendimento integral do período	-209 989	-337 991
<u>Imposto sobre Outro Rendimento Integral</u>		
Varição de excedentes de valorização de ativos fixos	0	0
Imposto sobre Outro Rendimento Integral	0	0
Outro rendimento integral líquido do período (2)	-209 989	-337 991
Rendimento integral total do período (1)+(2)	-19 094 625	-19 407 129

As Notas subsequentes fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Contabilista Certificado

Alpe Havelo e. f. de Azevedo

Conselho de Administração



Handwritten signatures of the Board of Administration members, including names like M. L. Pereira, F. J. P. L., and N. S. L.

EFACEC Engenharia e Sistemas, S.A.

Demonstração de alterações no Capital Próprio nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Os valores monetários estão expressos em euros

Notas	Capital Social	Prestações Suplement	Reserva Legal	Reservas e Resultados Acumulados	Outro Rendimento Integral			Total Capital Próprio
					Reservas Revalorização	Diferenças Conversão	Outro Rendim Integral	
	11 250 000	44 500 000	3 590 670	-16 563 598	2 217 526	-330 079	1 887 447	44 664 519
		0		0			0	0
21.4				-19 069 139	0	-337 991	-337 991	-19 407 129
				35 284			0	35 284
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	11 250 000	44 500 000	3 590 670	-35 597 453	2 217 526	-668 070	1 549 457	25 292 673
Saldo em 1 de Janeiro de 2023	11 250 000	44 500 000	3 590 670	-35 597 453	2 217 526	-668 070	1 549 457	25 292 673
	33 276 172			0			0	33 276 172
	-33 276 172		-3 590 670	36 866 842			0	0
		-19 076 172		0			0	-19 076 172
21.4				-18 884 637		-209 989	-209 989	-19 094 625
				-19 322	187 305		187 305	167 983
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	11 250 000	25 423 828	0	-17 634 570	2 404 831	-878 058	1 526 773	20 566 031

As Notas subsequentes fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Contabilista Certificado

Luís Fernando C. F. V. S. A. Anónimo

Conselho de Administração

EFACEC Engenharia e Sistemas, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Os valores monetários estão expressos em euros

	Notas	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		48 344 482	59 457 260
Pagamentos a fornecedores		66 991 185	55 981 103
Pagamentos ao pessoal		17 703 623	21 015 175
Fluxo gerado pelas operações		(36 350 326)	(17 539 018)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(1 298 377)	(1 084 145)
Outros recebimentos / pagamentos relativos à atividade operacional		(488 145)	(1 053 245)
Fluxos das atividades operacionais [1]		(38 136 848)	(19 676 408)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios de investimento		1 205 783	518 989
Juros e rendimentos similares		3 772 618	3 063 549
Dividendos		23 065	66 156
		<u>5 001 466</u>	<u>3 648 694</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		15 512	0
Ativos tangíveis		3 416	32 416
Ativos intangíveis		48 144	0
		<u>67 071</u>	<u>32 416</u>
Fluxos das atividades de investimento [2]		4 934 394	3 616 278
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos não correntes		0	60 000 000
Empréstimos correntes		118 473 798	58 787 362
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		14 200 000	0
		<u>132 673 798</u>	<u>118 787 362</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos não correntes		23 618 667	11 376 561
Empréstimos correntes		69 914 847	94 630 377
Amortizações de contratos de locação operacional		773 012	850 991
Juros e gastos similares		2 394 467	1 736 985
		<u>96 700 993</u>	<u>108 594 914</u>
Fluxos das atividades de financiamento [3]		35 972 805	10 192 449
Varição de caixa e seus equivalentes [A]-[B]-[C]-[D]=[1]+[2]+[3]		2 770 351	(5 867 682)
Efeito das diferenças de câmbio [D]		(47 103)	55 066
Caixa e seus equivalentes no início do período [B]		1 752 879	7 565 495
Caixa e seus equivalentes no fim do período [A]	12	4 476 128	1 752 879

As Notas subsequentes fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Contabilista Certificado

Alpe Manuel P.F. Neto Amaro

Conselho de Administração

Notas às Demonstrações Financeiras

A. Informação Geral

A Efacec Engenharia e Sistemas, S.A. foi fundada em 1 de abril de 1991 (sob a denominação Efacec Sistemas de Electrónica, S.A.), por destaque de um conjunto de negócios que tinham por base as Tecnologias da Informação e a Electrónica, e que integravam já o Grupo Efacec.

Na década seguinte, por razões de posicionamento estratégico e abordagem aos mercados, a empresa integrou outras sociedades que atuavam em domínios próximos. Em 2006, foi realizada uma fusão por incorporação da sociedade ENT – Empresa Nacional de Telecomunicações, SA e em 2008, foram incorporadas as sociedades que integravam o Grupo Tech M5, que havia sido adquirido pelo Grupo Efacec em 2003.

Em 2010, procedeu-se a uma nova fusão, desta vez com a integração de quatro das principais sociedades do Grupo Efacec: a Efacec Engenharia, a Efacec Ambiente e a Efacec Automação e Robótica foram incorporadas na Efacec Sistemas de Electrónica, dando origem a uma sociedade única com uma imagem mais forte e maior capacidade de atuação junto dos mercados nacional e internacional. Esta nova entidade passou a denominar-se Efacec Engenharia e Sistemas, SA.

A Efacec Engenharia e Sistemas, SA conta com diversas sucursais no estrangeiro, criadas para o desenvolvimento de projetos específicos para clientes. Estes estabelecimentos existem por razões de natureza legal e fiscal dos países de instalação, e são consideradas extensões da empresa, sendo as suas contas integradas em “full method”.

Em 2013 foi deliberado o destaque do ramo de atividade de “gestão de participações sociais” da Efacec Engenharia e Sistemas para a sua acionista única Efacec Capital SGPS (atual MGI Capital). Esta atividade constituía um ramo secundário e acessório da Efacec Engenharia, e representava um volume significativo no ativo total da empresa, estando a Efacec Capital SGPS (atual MGI Capital), sociedade do Grupo dedicada exclusivamente à gestão de participações sociais, melhor equipada para gerir de forma eficiente as participações sociais transferidas. O destaque das partes sociais abrangeu investimentos financeiros em 14 sociedades e foi efetuado através de um processo de cisão-fusão.

O processo de reestruturação societária encetado em 2013 no Grupo Efacec prosseguiu em 2014 com algumas operações de cisão e transmissões de estabelecimento, tendo sempre como fundamento uma lógica de desenvolvimento dos negócios abrangidos por cada uma das operações. Neste ano, e no âmbito do referido processo, a Empresa destacou as unidades de negócio de Mobilidade Elétrica e de Logística, que deram origem a novas sociedades constituídas para o efeito, e as unidades de negócio de Automação e de Manutenção de centrais eólicas, que foram integradas noutras empresas do Grupo Efacec.

Em 15 de Dezembro de 2014, a Efacec Capital SGPS (atual MGI Capital) transferiu para a Efacec Power Solutions SGPS a titularidade das ações da Efacec Engenharia e Sistemas, através de um aumento de capital em espécie.

A Efacec Power Solutions SGPS, S.A. (“Efacec Power Solutions” ou “EPS”) é uma sociedade anónima com sede em Portugal. A EPS foi constituída em 14 de agosto de 2014, tendo como objeto a gestão de participações sociais como forma indireta de exercício de atividades económicas. A constituição da Efacec Power Solutions inseriu-se no processo de reestruturação que a Efacec Capital, SGPS, S.A. (“Efacec Capital”) encetou a partir do final de 2013, com o objetivo de alinhar a estrutura societária do Grupo Efacec com os segmentos de mercado abordados e as geografias-alvo. No final de 2014, a Efacec Power Solutions passou a constituir, ela própria, um grupo de empresas que reúnem todas as competências técnicas e humanas, os meios de produção e as tecnologias para o desenvolvimento de produtos e sistemas nos domínios de Energia, Ambiente e Mobilidade.

As atividades das empresas do Grupo Efacec compreendem uma extensa gama de produtos e serviços de elevado nível tecnológico. Esta diversidade, com competências aos níveis produtivos e de engenharia, possibilitam a oferta de soluções técnicas a um leque muito variado de setores de atividade, nos mercados interno e externo, a partir das oito Unidades de Negócio que integram o Grupo. O Grupo Efacec abrange ainda uma vasta rede de filiais, sucursais e agentes espalhados por 4 continentes.

Em outubro de 2015, o Grupo Efacec conheceu uma alteração da estrutura acionista, passando a maioria do capital da Efacec Power Solutions a ser detida pela sociedade Winterfell 2 Limited.

O ano 2020 foi marcado pelos acontecimentos que, como é sabido, afetaram e condicionaram fortemente a atividade da

Efacec. Além da situação global e transversal associada à pandemia, a Empresa enfrentou uma crise acionista despoletada pelo Luanda Leaks e o consequente bloqueio financeiro por parte das entidades financiadoras e de alguns fornecedores, que culminaram na nacionalização parcial da holding do Grupo em 2 de julho de 2020, com a apropriação da participação social detida pela Winterfell por parte do Estado. A intervenção do Estado pretendeu garantir a estabilidade do valor financeiro, operacional e comercial da Efacec, e permitir a salvaguarda dos postos de trabalho, da valia industrial e do conhecimento técnico. Ficou estabelecido que, no mais curto espaço de tempo possível, a referida participação fosse submetida a um processo de reprivatização, que viria a ser lançado 5 meses depois.

Não obstante a nacionalização ocorrida, a normalização da relação com o sistema financeiro e o consequente acesso a produtos de *trade finance*, essenciais para a continuidade e para o desenvolvimento da atividade de forma equilibrada, ficou sempre dependente de uma visão clara por parte do sistema financeiro sobre a situação acionista futura do Grupo, que viesse a resultar do processo de reprivatização.

Ao longo dos anos seguintes sucederam-se dois processos de privatização, cada um com diversas fases, que culminaram, já em junho de 2023, na seleção final do candidato para aquisição das ações da EPS objeto da reprivatização, tendo a escolha recaído sobre o Grupo alemão Mutares. Finalmente, em 31 de outubro de 2023 depois de cumpridas todas as condições precedentes, foi possível concluir a operação de reprivatização, com a transferência de titularidade das ações e a necessária recapitalização da Empresa. Refira-se que durante todo este longo período, o acionista maioritário acompanhou e contribuiu com os melhores esforços e as medidas necessárias para garantir o cumprimento atempado das obrigações fundamentais do Grupo.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2024.

Os membros do Conselho de Administração que assinam o presente relatório declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), adotadas pela União Europeia, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa da Empresa.

A informação financeira está apresentada em euros, que é a moeda funcional e de relato da Efacec Engenharia.



B. Políticas contabilísticas

1. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adotadas seguem as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor em cada período de reporte. Estão divulgadas nas notas subsequentes e têm sido aplicadas todos os anos de forma consistente pela Efacec Engenharia e Sistemas. As normas, interpretações e revisões emanadas dos diversos órgãos que supervisionam a aplicação das Normas – IASB, IASC, IFRIC e SIC, quando aplicáveis à Empresa, são adotadas no período em que se tornam obrigatórias. Neste exercício, as políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

1.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Efacec Engenharia e Sistemas, S.A. estão de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), em vigor em 1 de janeiro de 2023, tal como adotadas na União Europeia.

As demonstrações financeiras da Efacec Engenharia e Sistemas, S.A. foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta a convenção do custo histórico, exceto os ativos financeiros e passivos financeiros, os quais se encontram contabilizados ao seu justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes. Também requer que o órgão de gestão exerça o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da Empresa. As áreas envolvendo um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas onde as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 2.

As normas, interpretações e revisões emanadas dos diversos órgãos que supervisionam a aplicação das Normas internacionais de Relato Financeiro – IASB, IASC, IFRIC e SIC – encontram-se em baixo enunciadas, assim como as datas de aplicação e aprovação pela União Europeia.

Descrição	Alteração	Data efetiva
1. Alterações às normas e novas normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2023		
Alteração à IAS 1: Divulgação de políticas contabilísticas	Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas que passam a ser baseadas na definição de "materiais", em detrimento de "significativas"	01.01.2023
Alteração à IAS 8: Divulgação de estimativas contabilísticas	Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas	01.01.2023
Alteração à IAS 12: Reforma da tributação internacional – Regras do modelo Pilar Dois	Esta alteração constitui a resposta do IASB, às questões levantadas pelos stakeholders no âmbito da implementação das regras do Global Anti-Base Erosion ("GloBE") da OCDE	01.01.2023
Alteração à IAS 12: Imposto diferido relacionado com os ativos e passivos associados a uma única transação	A IAS 12 passa a exigir que as entidades registem imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis.	01.01.2023
Alteração à IFRS 17: Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa	Esta alteração aplica-se somente às entidades com atividade seguradora, na aplicação inicial da IFRS 17.	01.01.2023
IFRS 17: Contratos de seguro	É aplicável às entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emittentes de contratos de seguro. Não se aplica aos tomadores de seguro. Substitui a IFRS 4 – "Contratos de seguro".	01.01.2023
2. Alterações às normas e novas normas que se tornam efetivas em ou após 1 de janeiro de 2023		
Alteração à IAS 1: Classificação de passivos como Não correntes e correntes' e 'Passivos não correntes com "covenants"	As alterações publicadas clarificam que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato financeiro	01.01.2024
Alteração à IFRS 16: Passivos de locação em transações de venda e relocação	Introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação (sale & leaseback)	01.01.2024
3. Alterações às normas publicadas pelo IASB, ainda não endossadas pela UE		
Alteração à IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores	As alterações publicadas exigem que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os seus acordos de financiamento de fornecedores para permitir, nomeadamente, avaliar a forma como afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade e a sua exposição ao risco de liquidez	01.01.2024
Alteração à IAS 21: Efeitos das alterações das taxas de câmbio - falta de permutabilidade	Clarifica: (i) as circunstâncias em que se considera que uma moeda é passível de troca (permutável), e ii) como deve ser determinada a taxa de câmbio à vista quando se verifica a falta de permutabilidade de uma moeda por um período longo.	01.01.2025

As novas normas, alterações de normas e interpretações com aplicação efetiva a partir de 1 de janeiro de 2023, foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A sua adoção não impactou de forma material as demonstrações financeiras da Empresa.

1.2 Ativos tangíveis

Até ao presente exercício, a Efacec usava dois critérios distintos na apresentação dos ativos tangíveis: valorização dos terrenos ao justo valor e valorização dos demais ativos ao custo histórico. Esta política foi decidida no momento da adoção das normas internacionais de contabilidade, em 2005, e foi seguida até à data tendo por base avaliações periódicas dos terrenos, em regra, trienais, efetuadas por peritos independentes. De notar que os espaços ocupados pela empresa e de que esta é proprietária são quase sempre constituídos por superfícies edificadas, constituídas por terreno e edifício, e ambos incluídos nas avaliações solicitadas, que eram depois registadas em diferentes rúbricas e sujeitas, cada uma, a diferentes critérios de valorização.

Em 2023, a Efacec entendeu dever uniformizar os critérios de valorização dos ativos tangíveis, alinhando-os pelo critério do custo histórico. Além de eliminar assimetrias, promovendo um critério uno para a mesma classe de ativos, a conjuntura favorável do mercado imobiliário permitiu à empresa fixar os valores escriturados iguais aos respetivos custos de aquisição ou ao custo considerado (correspondente ao justo valor à data de adoção das Normas Internacionais de Auditoria pela primeira vez). A Nota 4 apresenta informação mais detalhada relativa a esta alteração.

De acordo com a alteração de política descrita, os ativos tangíveis são agora apresentados ao custo histórico, menos depreciação, incluindo os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada pelo método das quotas constantes por duodécimos sobre o valor de custo ou de revalorização, de forma a alocar o seu custo ou valor reavaliado ao seu valor residual, em função da sua vida útil estimada, como segue:

Rubrica	Anos
Edifícios e Outras Construções	25 – 50
Equipamento Básico	8 – 16
Equipamento de Transporte	4 – 5
Ferramentas e Utensílios	4 – 8
Equipamento Administrativo	4 – 6

O processo de depreciação inicia-se no mês seguinte àquele em que o bem entrou em funcionamento.

Os valores residuais dos ativos e as vidas úteis são revistas e ajustadas, se necessário, na data de fecho do exercício. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se imediatamente ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado (Nota 1.4).

Os ganhos e/ou perdas nas alienações ou abates são determinados pela diferença entre o seu valor líquido contabilístico e o seu valor de alienação ou abate, sendo neste último caso nulo e incluídos no Resultado do exercício.

1.3 Ativos intangíveis

1.3.1 Software

O custo de aquisição de licenças de *software* é capitalizado e compreende todos os gastos incorridos para a aquisição e para colocar o *software* disponível para utilização. Esses custos são amortizados durante o período de vida útil estimada (não excedendo 5 anos). Os custos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *software* são reconhecidos como gastos quando incorridos.

Os custos diretamente associados à produção de *software* identificável e único controlado pela Empresa e que irá, provavelmente, gerar benefícios económicos futuros superiores aos custos, para além de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretos incluem os gastos com pessoal no desenvolvimento do *software* e a quota-parte de gastos gerais relevantes. Custos de desenvolvimento de *software* reconhecidos como ativos são amortizados durante a sua vida útil estimada (não excedendo 5 anos).

1.3.2 Despesas de investigação e desenvolvimento

Os dispêndios com investigação são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos incorridos em projetos de desenvolvimento (relativos ao design e teste de novos produtos ou melhoramentos em produtos existentes) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que o projeto terá sucesso, considerando a sua viabilidade comercial e tecnológica e que os custos possam ser mensurados com fiabilidade. Outros dispêndios com desenvolvimento são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos podem ser reconhecidos como ativos em períodos subsequentes. Os custos de desenvolvimento com vida útil finita que tenham sido capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto numa base de linha reta pelo período do seu benefício esperado, não excedendo cinco anos.

1.3.3 Comissões em contratos

De acordo com a IFRS15, a partir de 2018 a Empresa passou a capitalizar os gastos com comissões pagas no âmbito da obtenção de contratos com clientes. A despesa é registada como um ativo desde que seja inequívoca a relação com um determinado contrato de fornecimento ou serviço celebrado com um cliente. O ativo será amortizado de acordo com o reconhecimento do rédito do contrato a que se encontra vinculado.

1.4 Imparidade de ativos não financeiros (exceto Goodwill)

Os ativos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos sujeitos a amortização são revistos quanto a imparidade sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo menos os gastos para venda e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações correntes de mercado e risco específico do ativo.

Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

1.5 Ativos financeiros

1.5.1 Classificação

A Empresa classifica os seus ativos financeiros de acordo com as seguintes categorias: instrumentos de dívida e contas a receber, instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral e ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados.

(a) Instrumentos de dívida e contas a receber

O ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo é mantê-lo de forma a receber os seus fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

(b) Instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral

No reconhecimento inicial, a Empresa pode efetuar uma escolha irrevogável (instrumento financeiro a instrumento financeiro) de designar determinados investimentos em instrumentos de capital próprio (ações) a justo valor através do outro rendimento integral. A designação a justo valor através de outro rendimento integral não é permitida se o investimento for mantido para efeitos de negociação ou se resultar de uma contraprestação contingente reconhecida no âmbito de uma concentração de atividades empresariais.

Um ativo financeiro é mantido para negociação se for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo, no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Empresa administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo, ou se for um instrumento financeiro derivado (exceto se se encontrar afetado a uma operação de cobertura).

(c) Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados

Os ativos financeiros que não cumpram os critérios para serem mensurados pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados.

1.5.2 Reconhecimento e mensuração

Todos os ativos financeiros reconhecidos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou, ao seu justo valor, dependendo do modelo de negócio adotado pela Empresa e das características dos seus fluxos de caixa contratuais.

Os instrumentos de dívida e contas a receber são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juro efetiva. Para os ativos financeiros que não sejam adquiridos ou originados com imparidade (ou seja, ativos com imparidade no

reconhecimento inicial), a taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo fees e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios ou descontos) durante a vida esperada do instrumento na sua quantia escriturada bruta na data do seu reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro é o montante pelo qual o mesmo é mensurado no reconhecimento inicial deduzido dos reembolsos de capital, mais a amortização acumulada, utilizando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante inicial e o montante do seu reembolso, ajustado por eventuais perdas por imparidade.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados ao seu justo valor com os ganhos e perdas decorrentes da sua variação reconhecidos no outro rendimento integral. No momento da sua alienação, o ganho ou a perda acumulada gerada com estes instrumentos financeiros não é reclassificado para a demonstração dos resultados, mas sim transferido somente para a rubrica de "Resultados transitados".

Os dividendos associados a investimentos em instrumentos de capital próprio são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento em que são atribuídos/deliberados, a menos que os mesmos representem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são registados na demonstração dos resultados na rubrica "Rendimentos e ganhos financeiros".

Na primeira aplicação da IFRS9, a Empresa designou os investimentos em instrumentos de capital próprio que não eram mantidos para negociação como valorizados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os ativos financeiros registados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo justo valor apurado no final de cada período de relato, sendo os respetivos ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração dos resultados, exceto se fizerem parte de uma relação de cobertura.

1.5.3 Apresentação pelo valor líquido

Os ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração da posição financeira pelo seu valor líquido quando existe o direito legal a efetuar essa compensação, assim como a intenção de o fazer.

1.5.4 Imparidade de ativos financeiros

As perdas de imparidade esperadas para crédito concedido (contas a receber de clientes e ativos associados a contratos com clientes) são estimadas utilizando uma matriz de incobabilidade baseada no histórico creditício dos devedores da Efacec Engenharia, ajustada por fatores específicos atribuíveis aos devedores, bem como pelas condições macroeconómicas que se estimam para o futuro. Para o efeito, os saldos de clientes e outros devedores são categorizados em diferentes segmentos e intervalos de vencimento e risco. A Efacec Engenharia reconhece as perdas de imparidade esperadas para crédito concedido para toda a vida das contas a receber de clientes e de outros devedores, bem como para os ativos associados a contratos com clientes.

1.6 Contabilização de instrumentos financeiros – derivados e coberturas

Os derivados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor à data em que é tomada parte nas suas disposições contratuais, e mensurados subsequentemente ao seu justo valor. O método pelo qual se reconhecem as variações de justo valor depende da designação (ou não) desse derivado como instrumento de cobertura e, no caso de estar designado, da natureza do item coberto. A empresa designa certos derivados como: (1) coberturas de justo valor de ativos, passivos ou compromissos firmes reconhecidos (cobertura de justo valor); (2) cobertura de um risco específico associado a um ativo, passivo ou a uma transação altamente provável (cobertura de fluxos de caixa).

Para cada transação, e aquando da sua origem, a Empresa prepara documentação que justifique a relação entre o instrumento de cobertura e o item coberto, assim como o objetivo de gestão de risco e a estratégia para a transação de cobertura, sendo igualmente documentada, quer à data de negociação da cobertura, quer numa base contínua, a sua análise da eficácia com que o instrumento de cobertura compensa as variações do justo valor, ou dos fluxos de caixa dos instrumentos cobertos. De acordo com a IFRS9, o justo valor dos derivados do tipo opção é separado no seu valor intrínseco e no seu valor temporal, dado que apenas o valor intrínseco destes instrumentos pode ser designado como instrumento de cobertura. Assim, os testes de eficácia dos derivados do tipo opção incluem apenas o valor intrínseco destes instrumentos.

O justo valor dos derivados contratados para efeitos de cobertura, quando existem, é apresentado em Nota própria. A totalidade do justo valor de um derivado de cobertura é classificada como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade residual do instrumento coberto é maior do que 12 meses, e como um ativo ou passivo corrente quando esta é menor do que 12 meses. Derivados de negociação são classificados como ativos ou passivos correntes.

1.6.1 Cobertura do justo valor

Variações no justo valor dos derivados que são designáveis e classificados como instrumentos de cobertura de justo valor, são reconhecidas na demonstração de resultados, juntamente com as variações de justo valor dos ativos ou passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a relação de cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilidade de cobertura, então o ajustamento para o valor contabilístico do item coberto, para o qual é usado o método de taxa efetiva, é amortizado ao longo do período que se estende até à sua maturidade.

1.6.2 Cobertura de fluxos de caixa

O montante eficaz da variação de justo valor dos derivados designáveis e classificados como coberturas de fluxos de caixa é reconhecido em capital. O ganho ou perda relacionado com o montante ineficaz é reconhecido de imediato na demonstração de resultados.

Os montantes acumulados em capital são posteriormente reconhecidos para a demonstração de resultados no mesmo período em que o instrumento afeta a demonstração de resultados (por exemplo, quando a transação de uma previsão de vendas coberta ocorre). O ganho ou perda relativo ao valor de swaps de taxa de juro, a cobrir empréstimos de taxa variável, é reconhecido na demonstração de resultados como “Gastos financeiros líquidos”. O ganho ou perda relativo a derivados de taxa de câmbio é reconhecido na demonstração de resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, respetivamente. O ganho ou perda relativo a derivados sobre o preço de commodities é reconhecido na demonstração de resultados como “Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas”.

Quando um instrumento de cobertura atinge a sua maturidade, quando é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir com os requisitos de contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capital permanecerá registado dessa forma, sendo reconhecido na demonstração de resultados quando a transação prevista o for. Quando a ocorrência da transação prevista deixar de ser provável, o ganho ou perda acumulado registado em capital é transferido de imediato para a demonstração de resultados, como gastos ou rendimentos financeiros.

1.6.3 Derivados não qualificados para coberturas

Certos derivados não cumprem com os critérios de cobertura. As variações no seu justo valor são reconhecidas de imediato na demonstração de resultados.

1.7 Existências

As existências são apresentadas ao mais baixo valor entre o custo e o valor líquido de realização. No caso das matérias-primas, o custo corresponde ao custo de aquisição. No caso dos produtos acabados e dos produtos em curso de fabrico (Nota 11), o custo é calculado utilizando o custo *standard* (que não se desvia significativamente do custo real de produção), sendo que o custo destes produtos integra custos de matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e encargos gerais de fabrico (com base na capacidade de produção normal). Os custos com empréstimos obtidos não são considerados.

O custo das existências inclui a transferência de capital próprio de qualquer ganho ou perda classificada como cobertura de fluxos de caixa relacionada com a compra de matérias-primas.

O valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos variáveis de venda.

1.8 Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” inclui valores em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos.

1.9 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, das entradas de capital.

1.10 Dívida financeira

A dívida financeira engloba os empréstimos obtidos junto do mercado, de instituições de crédito ou de outras entidades, nomeadamente partes relacionadas. São reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração de resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data de reporte.

Os juros e outros encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os juros e outros encargos financeiros de empréstimos obtidos, que estejam diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando o

ativo se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projeto se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

1.11 Valores a pagar a Fornecedores e outros credores

Os valores a pagar a Fornecedores e outros credores são reconhecidos inicialmente pelo justo valor e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo. As contas de fornecedores são classificadas como passivos correntes, se o pagamento for devido no prazo de um ano ou menos (ou no ciclo operacional normal do negócio se maior). Se não, as contas de fornecedores são apresentadas como passivos não correntes.

Confirming

A entidade sempre que necessário estabelece protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos seus fornecedores o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de manuseio, mediante a confirmação pela entidade/ subsidiárias da validade dos créditos que o fornecedor detém sobre esta.

No âmbito destes protocolos alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes permitem a antecipação do recebimento dos créditos abrangidos imediatamente após confirmação à instituição financeira por parte daquelas subsidiárias da sua validade.

A entidade considera que a substância económica dos referidos passivos financeiros não se altera pelo que mantêm a classificação contabilística dos referidos créditos na rubrica de "Fornecedores" até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que (i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em que a entidade/ o grupo se insere, verificando-se tal facto por não existirem alterações dos prazos de pagamento para prazos fora do intervalo que normalmente é aplicável a outros fornecedores que não tenham aderido ao referido programa, e (ii) a entidade não suporta encargos líquidos com a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal.

Na data de vencimento das referidas faturas, o valor é pago pela entidade à instituição financeira independentemente de esta ter ou não antecipado aqueles valores aos fornecedores.

1.12 Imposto sobre o Rendimento e Impostos diferidos

A Efacec Engenharia e Sistemas, SA integra o perímetro de consolidação fiscal da Efacec Power Solutions, SGPS, SA, sendo a tributação efetuada de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (Artigo 69º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC)).

O imposto sobre o rendimento da sociedade inclui o imposto corrente e o imposto diferido.

O imposto corrente é calculado com base na legislação fiscal vigente à data da demonstração da posição financeira. A gestão revê periodicamente a sua análise nesta matéria e reconhece provisões para contingências fiscais prováveis para os casos sob análise, assim como possíveis ajustamentos feitos pelas autoridades fiscais. Estas provisões são constituídas pelo montante que se espera pagar às autoridades fiscais.

O imposto diferido é calculado com base no valor das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Contudo, o imposto diferido não é registado se surgir através do reconhecimento inicial de um ativo ou de um passivo, numa transação que não constitua concentração de atividades empresariais que à data da transação não afete os rendimentos ou gastos, nem contabilísticos, nem tributáveis. O imposto diferido é determinado à luz da legislação e taxas vigentes, ou substantivamente vigentes à data de reporte, e que se esperam aplicar aquando da realização do imposto diferido ativo, ou liquidação do imposto diferido passivo.

Ativos por impostos diferidos são reconhecidos, apenas quando a existência de futuros rendimentos tributáveis é expetável, sob os quais a diferença temporária possa ser utilizada. O reconhecimento de ativos por impostos diferidos está ainda sujeito à política da Empresa quanto ao período temporal aceitável para a medição da respetiva recuperabilidade.

Ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados na demonstração da posição financeira pelo seu valor líquido, quando existe o direito legal a compensar os ativos e passivos correntes por impostos diferidos por esse valor. Os impostos diferidos são classificados como não-correntes, conforme apresentado na demonstração da posição financeira.

1.13 Provisões

As provisões são registadas ao justo valor das despesas que se espera que venham a ocorrer de modo a liquidar a obrigação, utilizando-se uma taxa pré-imposto que reflita o valor temporal do dinheiro, assim como os riscos específicos da obrigação, conforme atribuído pelo mercado. Não são reconhecidas provisões por perdas operacionais futuras.

De acordo com o previsto na IAS37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, um passivo contingente é definido como:

- a) uma possível obrigação que surja proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da empresa; ou
- b) uma obrigação presente que surja de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - i. não é provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; ou
 - ii. a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Um passivo contingente não deve ser reconhecido no balanço. O passivo contingente deve ser divulgado a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos seja remota.

A Efacec Engenharia reconhece provisões para contratos onerosos quando os gastos a incorrer para satisfazer as obrigações contratuais assumidas excedem os benefícios económicos estimados, contrato a contrato, de acordo com estimativas dos responsáveis das obras/projetos.

1.14 Reconhecimento do rédito

A Empresa aplicou a partir de 1 de janeiro de 2018 a nova norma IFRS 15 – “Rédito de Contratos com Clientes”, que substituiu a IAS 18. A aplicação desta norma não impactou materialmente as demonstrações financeiras da Empresa.

O rédito compreende o justo valor das receitas, líquido de impostos e descontos comerciais, e após eliminação das vendas internas.

As receitas são reconhecidas ao justo valor do montante recebido, ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal das atividades da empresa. As receitas são reconhecidas pelo valor líquido do montante de imposto sobre o valor acrescentado, devoluções e descontos.

Na determinação do valor do rédito, a Empresa avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a Empresa efetua a sua melhor estimativa.

A política de reconhecimento do rédito para as principais atividades económicas desenvolvidas pela Empresa descreve-se conforme segue:

Vendas

O reconhecimento do rédito dá-se quando o produto é entregue e aceite pelo cliente, e quando o recebimento da respetiva conta a receber se encontra razoavelmente assegurado.

Prestação de serviços

A prestação de serviços é reconhecida no período contabilístico no qual os serviços são prestados e faturados.

Contratos Plurianuais

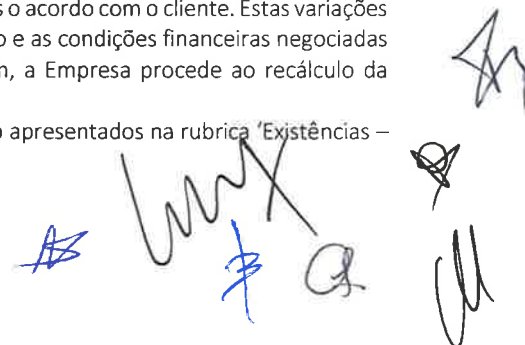
As receitas geradas por contratos que decorrem por períodos superiores a um ano são contabilizadas de acordo com o método de percentagem de acabamento, com referência aos gastos incorridos, entrega parcial, ou outra abordagem que permita a estimação fiável dos custos de acabamento do trabalho. Quando não é possível fazer uma estimativa fiável das receitas e custos, as receitas são reconhecidas quando o produto é entregue ao cliente. Neste caso, os gastos incorridos até à entrega são registados em ‘Existências – produtos e trabalhos em curso’.

Quando o montante faturado ao cliente é maior do que o determinado pelo método de percentagem de acabamento, é reconhecida uma receita diferida, representando uma responsabilidade para com o cliente relativa ao trabalho a ser executado, que é registada na rubrica “Rendimentos a reconhecer-Faturação a reconhecer” (Nota 20). Quando o montante faturado ao cliente é menor que o determinado pelo método da percentagem de acabamento é reconhecido um acréscimo de receita que é registado na rubrica “Acréscimos de rendimentos” (Nota 9).

Os custos contratuais incluem matérias-primas e materiais diretos, mão-de-obra direta e também custos indiretos, distribuídos conforme especificado no contrato. Despesas com vendas e administrativas são registadas aquando da sua ocorrência. São constituídas provisões para as perdas previsíveis decorrentes da realização do contrato, no período em que são determinadas, sendo reconhecidas de imediato na demonstração de resultados. Alterações aos contratos ou a estimativas e provisões de gastos e/ou rendimentos e margens, decorrentes da renegociação de condições com os clientes ou de produtividade interna, são reconhecidas em resultados a partir do período em que ocorrem e atendendo aos respetivos graus de acabamento.

Quaisquer variações nos trabalhos realizados ou a realizar apenas são consideradas após o acordo com o cliente. Estas variações são registadas como um novo contrato quando estas correspondem a um novo âmbito e as condições financeiras negociadas sejam independentes do contrato inicial. Quando estas condições não se verificarem, a Empresa procede ao recálculo da percentagem de acabamento acumulada do contrato.

Os materiais específicos aos contratos, que não tenham sido usados ou instalados, são apresentados na rubrica ‘Existências – produtos e trabalhos em curso’.



As penalidades e incentivos associados aos contratos de construção são reconhecidos atendendo à natureza dos termos negociados com base no método do valor mais provável ou valor esperado, desde que não seja provável a sua reversão.

1.15 Locações

A partir de 1 de janeiro de 2019, a empresa passou a adotar a IFRS16, norma promulgada pelo IASB que preconiza uma nova orientação sobre a contabilização de contratos de locação. A norma IFRS16 especifica as regras para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações.

O principal impacto desta norma reside na aplicação de idêntico tratamento na contabilização das locações financeiras e das locações operacionais, desde que estas preencham um conjunto de requisitos, nomeadamente quanto à possibilidade de identificar o ativo, a capacidade do locatário para decidir quanto ao seu uso e a tomada de benefícios económicos por parte do locatário. Deste modo, os locatários passam a apresentar os passivos resultantes de locações na face das demonstrações financeiras, reconhecendo em contrapartida o valor do ativo que mantém sob direito de uso.

Na metodologia de aplicação da IFRS 16, não foram incluídos os contratos com duração até 12 meses, bem como os contratos de valor unitário inferior a 5 mil euros e foram avaliadas as condições de exercício das opções de cancelamento e extensão do prazo.

Na atualização das rendas são utilizadas taxas de desconto diferenciadas por natureza de ativo e por geografia.

Apresentação nas demonstrações financeiras:

Passivo de locação

As rendas vincendas são apresentadas na Demonstração da posição financeira sob a rubrica “Passivos de locação”, classificadas como saldos correntes ou não-correntes consoante a data de vencimento das rendas ocorra no período até um ano ou superior a um ano. Na Demonstração dos resultados são apresentados os juros das locações, sob a rubrica “Gastos financeiros”. Na Demonstração dos fluxos de caixa, no agrupamento das Atividades de financiamento são apresentados os pagamentos do valor nominal das rendas da locação em linha separada; os pagamentos dos juros das rendas de locação integram a linha de Juros e gastos similares.

Ativos sob direito de uso

O valor dos bens em regime de locação é registado em rubrica separada da Demonstração da posição financeira denominada “Ativos sob direito de uso”. Os ativos em locação assumiram inicialmente o valor correspondente à dívida na data da adoção da Norma. As depreciações dos ativos são apresentadas na face da Demonstração dos resultados, na rubrica “Depreciações e amortizações”.

Nas Notas anexas é divulgado em nota separada o detalhe dos movimentos registados no exercício (adições, abates, depreciações, etc.) por classe, dos ativos sob direito de uso.

1.16 Subsídios

Os subsídios recebidos são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e a Empresa cumprirá as obrigações inerentes.

Os subsídios recebidos com o objetivo de compensar a Empresa por investimentos efetuados em ativos tangíveis ou intangíveis são incluídos no passivo como rendimentos a reconhecer (Nota 20) e são creditados na demonstração de resultados proporcionalmente à vida útil dos ativos correspondentes.

Os subsídios recebidos com o objetivo de compensar os gastos incorridos, são registados na demonstração de resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar.

1.17 Diferenças de câmbio

A Empresa contabiliza as diferenças de câmbio baseada no princípio da natureza das operações que lhes dão origem. Assim, as diferenças de câmbio com origem em atividades de natureza operacional, abrangendo as vendas e compras das unidades de negócio, são registadas como rendimentos ou gastos operacionais, consoante sejam favoráveis ou desfavoráveis. As diferenças de câmbio apuradas no registo de operações financeiras ou na atualização de saldos com a mesma natureza são registadas como rendimentos ou gastos financeiros.

1.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelos acionistas.

1.19 Ativos e passivos contingentes

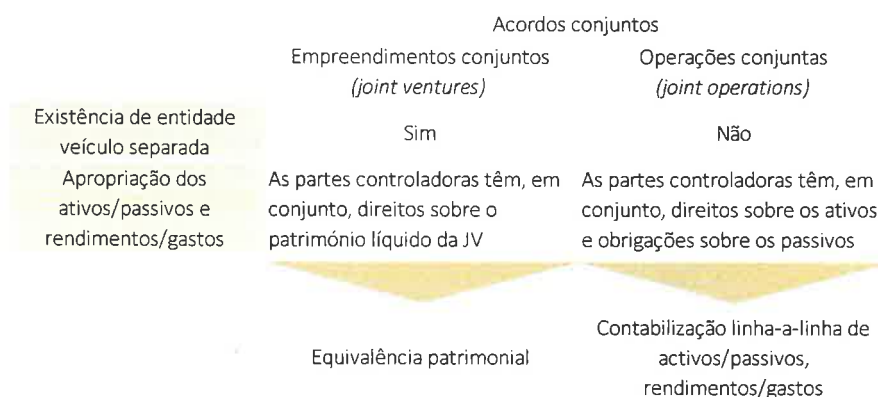
Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas nas notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não sejam objeto de divulgação. São reconhecidas provisões para passivos que satisfaçam as condições previstas na Nota 1.13. Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgados no anexo às demonstrações financeiras quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

1.20 Acordos conjuntos

A norma internacional de contabilidade IFRS11 qualifica os investimentos controlados conjuntamente como operações conjuntas (*joint-operations*) ou como empreendimentos conjuntos (*joint-ventures*). As orientações do IASB passaram a exigir uma análise cuidada dos contratos constitutivos e das disposições estatutárias das entidades existentes e a constituir, para a determinação das normas aplicáveis e do método de contabilização.

Para determinar a existência ou não de acordo conjunto e a sua natureza, os principais parâmetros de análise são:

- Existência ou não de uma entidade veículo separada
- Disposições estatutárias sobre a tomada de decisões
- Apropriação dos ativos/passivos e dos rendimentos/gastos



1.21 Benefícios aos empregados

Pensões

A totalidade dos colaboradores da Empresa está abrangida unicamente pelo regime geral de segurança social.

Remunerações Variáveis

As remunerações variáveis pagas aos empregados são registadas na demonstração de resultados do ano a que respeitam, na rubrica "Gastos com o Pessoal".

1.22 Operações em descontinuação

Uma operação descontinuada é uma componente de uma entidade que, ou foi abatida, ou está classificada como detida para venda ou liquidação e (a) representa uma linha significativa de negócio ou área geográfica de operações, ou (b) faz parte de uma reestruturação de uma área de negócio ou área geográfica de operações.

As operações descontinuadas são classificadas como detidas para venda se o seu valor for realizável através de uma transação de venda, ao invés da continuação do seu uso. Esta situação é considerada apenas quando: (i) a venda é altamente provável e o ativo está disponível para venda de imediato, na sua condição atual, (ii) o grupo comissionou a sua venda e (iii) é expetável que a venda se realize num período de 12 meses. Neste caso, os ativos não correntes são registados ao menor entre o seu valor contabilístico e o seu justo valor, líquido dos custos da venda.

1.23 Demonstração de fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto. A Empresa classifica ativos com maturidade até um ano, com elevada liquidez e para os quais o risco de variação do valor é insignificante na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa".

A demonstração de fluxos de caixa é dividida por atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento. As atividades operacionais incluem recebimentos de caixa de clientes e pagamentos a fornecedores, pessoal e outros pagamentos relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa incluídos nas atividades de investimento incluem aquisições e alienações de investimentos em subsidiárias, recebimentos de caixa e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos tangíveis e intangíveis.

As atividades de financiamento compreendem recebimentos e pagamentos de caixa relativos a capital próprio e empréstimos, incluindo descobertos bancários. Incluem ainda pagamentos relativos a juros, dividendos e locações financeiras e operacionais.

1.24 Eventos subsequentes

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a mesma data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2. Estimativas e julgamentos contábilísticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a gestão da Empresa efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos e divulgações à data das demonstrações financeiras.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão da empresa, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em certos casos em relatos de peritos independentes, e (ii) nas ações que a Empresa considera poder vir a desenvolver no futuro. Contudo, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas.

As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contábilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo.

2.1 Rédito

A Empresa utiliza o método da percentagem de acabamento na contabilização dos seus contratos plurianuais. A utilização da percentagem de acabamento exige a formulação de estimativas sobre o grau de construção e dos serviços executados até à data como uma proporção do total da construção e dos serviços a serem executados. A Gestão exerce julgamentos para determinar se os resultados de um contrato podem ser estimados com fiabilidade. A Gestão também faz estimativas do custo total dos serviços, ou em alguns casos, dos custos totais do contrato, que são utilizados na determinação do valor recuperável dos contratos, podendo dar origem ao registo de uma provisão (contrato oneroso). As estimativas são continuamente revistas com base em alterações e informações relativas a cada contrato.

2.2 Justo valor dos ativos e passivos financeiros

Para determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, quando existe mercado ativo, é utilizado o preço de mercado. Quando não existe mercado ativo, o que se verifica nalguns dos ativos e passivos financeiros da Empresa, são utilizadas técnicas de avaliação do justo valor geralmente aceites, com base em pressupostos de mercado.

A Empresa utiliza técnicas de avaliação para instrumentos financeiros não cotados como os derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados, e ativos disponíveis para venda. Os métodos de avaliação que são usados mais frequentemente baseiam-se nos modelos de fluxos de caixa descontados e nos modelos de opções, incluindo, por exemplo, taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de matérias-primas e curvas de volatilidade.

2.3 Imposto sobre o rendimento

A Empresa reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de revisões pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final destas situações é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nas provisões para impostos, no período em que tais diferenças se constatarem.

Adicionalmente, a Empresa reconhece ativos por impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e sobre benefícios fiscais, na medida em que sejam esperados lucros tributáveis futuros. Esta avaliação requer o uso de estimativas, podendo os lucros tributáveis futuros ser diferentes da avaliação realizada a cada data de fecho. A diferença terá impacto no imposto sobre o rendimento.

2.4 Reconhecimento de provisões

A Empresa revê periodicamente as obrigações decorrentes de eventos passados que devem ser reconhecidos ou divulgados. A subjetividade envolvida na determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para cumprir as obrigações pode dar origem a ajustamentos significativos devidos a variações nas suposições feitas, ou devido ao futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

A Gestão exerce julgamentos consideráveis para determinar se existe uma obrigação presente como resultado de um evento passado, ou se é provável, na data das demonstrações financeiras, que de acontecimentos passados possam resultar saídas de recursos, e se o montante da obrigação pode ser estimado com fiabilidade. A Empresa revê periodicamente o estado desses

processos recorrendo a aconselhamento, tanto interno como externo. Estas decisões estão sujeitas a alterações conforme novas informações estiverem disponíveis. O valor a provisionar pode mudar no futuro devido a novos desenvolvimentos nesta matéria em particular.

2.5 Ativos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual a Empresa espera que o mesmo ativo esteja disponível para uso e que deverá ser revisto, no mínimo, no final de cada exercício.

A determinação das vidas úteis dos ativos, o método de amortização/depreciação a ser aplicado e as perdas estimadas resultantes da substituição do equipamento antes do fim da vida útil devido à obsolescência tecnológica é fundamental na determinação do montante de amortização/depreciação a ser reconhecido na demonstração dos resultados para cada ano.

Estes pressupostos são com base nos melhores conhecimentos da Gestão, e tendo em conta as melhores práticas adotadas por empresas semelhantes nos setores em que a Empresa opera.

2.6 Perdas por imparidade em contas a receber

O risco de crédito sobre os saldos das contas a receber é avaliado à data de fecho, tendo em conta o conhecimento do cliente e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas com base na avaliação feita pela gestão dos riscos estimados de cobrança na data do encerramento, que podem diferir dos riscos que efetivamente venham a ocorrer.

2.7 Perdas por imparidade em existências

A quantia recuperável das existências e consequentemente a suscetibilidade a situações de imparidade, dependem do valor realizável líquido, o qual foi estimado com base nas circunstâncias conhecidas à data das demonstrações financeiras. A expectativa atual de realização pode diferir das quantias que venham (ou se esperem que venham) a ser recuperadas futuramente.

C. Gestão do risco

3. Gestão de riscos financeiros

3.1 Fatores do risco financeiro

As atividades da Empresa estão expostas a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de preço e risco de taxa de juro), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo EPS, onde a Empresa se insere, concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os potenciais efeitos adversos sobre o desempenho financeiro do Grupo EPS. Para o efeito são analisados vários instrumentos financeiros para minimizar os referidos riscos, os quais, em determinadas circunstâncias, podem ser contratados exclusivamente para cobrir riscos decorrentes da atividade e negócios.

A gestão de riscos financeiros é realizada pela Direção de Finanças Corporativa, no âmbito das políticas e orientações aprovadas pelo Conselho de Administração. Esta Direção é responsável pela identificação, avaliação e cobertura dos riscos financeiros, em estreita colaboração com as unidades operacionais do grupo. São estabelecidos pelo Grupo princípios para a gestão global dos riscos, bem como políticas destinadas a cobrir áreas específicas, como o risco cambial, risco de preço, risco de taxa de juro, risco de crédito, utilização de instrumentos financeiros derivados e não derivados e o investimento dos excedentes de liquidez. O Conselho de Administração efetua um acompanhamento muito próximo das referidas transações.

3.1.1 Riscos de mercado

3.1.1.1 Risco cambial

No decurso das suas operações internacionais, a Empresa está exposta ao risco de variação das taxas de câmbio decorrentes de propostas apresentadas em moeda estrangeira, contratos de fornecimento e de construção e transações futuras em moeda estrangeira. A principal fonte de exposição a risco cambial da Empresa advém dos ativos e passivos financeiros denominados em dólares americanos.

A política da Empresa relativa à exposição ao risco cambial consiste na cobertura dos contratos mais significativos denominados em moeda estrangeira, através da utilização de instrumentos financeiros derivados de curto prazo.

Os testes de sensibilidade cambial aos ativos e passivos financeiros líquidos não indicaram a existência de impactos materiais.

3.1.1.2 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associados à taxa de juro

O risco da taxa de juro da Empresa advém essencialmente dos empréstimos não correntes, uma vez que não existe um montante significativo de ativos não correntes remunerados. Os empréstimos contratados com taxas de juro variáveis expõem a Empresa ao risco de variações dos fluxos de caixa. A política do Grupo EPS é de contratar passivos financeiros de taxa de juro variável, não estando desta forma exposto ao risco de justo valor associado a variações de taxa de juro.

A Empresa tem uma política dinâmica de gestão do risco de taxa de juro, com o objetivo de limitar o risco de variações dos fluxos de caixa associados às alterações de taxa de juro. Enquadrada pelas políticas definidas, a Direção de Finanças Corporativa analisa e decide sobre a contratação de instrumentos financeiros derivados, podendo fazê-lo através da contratação de instrumentos em que troca fluxos indexados à taxa de juro variável por fluxos calculados a taxa fixa, ou através de opções sobre taxa de juro.

A exposição a risco de taxa de juro é analisada de forma dinâmica. Para além da avaliação dos encargos futuros, com base nas taxas *forward*, realizam-se testes de sensibilidade a variações no nível das taxas de juro. Atualmente, a Empresa está exposta, fundamentalmente, à curva de taxa de juro do Euro. A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam os rendimentos ou gastos com juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam os rendimentos e gastos com juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juros fixas, apenas se estes estiverem reconhecidos a justo valor;
- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam o justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros; e
- Alterações no justo valor de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros, utilizando taxas de mercado do final do ano.

Para cada análise, independentemente da moeda, são utilizadas as mesmas alterações às curvas de taxa de juro. As análises são efetuadas para a dívida financeira líquida, ou seja, aos empréstimos são deduzidos os depósitos remunerados e as aplicações de tesouraria. As simulações são efetuadas tendo por base os valores líquidos de dívida e o justo valor dos instrumentos financeiros derivados às datas de referência, e a respetiva alteração nas curvas de taxa de juro.

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa não tinha derivados de taxa de juro contratados. A exposição da Empresa na mesma data não tinha empréstimos bancários. Na mesma data, a Empresa tinha empréstimos obtidos a partes relacionadas, líquidos de empréstimos concedidos, no valor de 596 mil euros. Nos empréstimos concedidos, a Empresa é remunerada em condições normais de mercado.

Com base nos ativos e passivos no final do exercício, se as taxas de juro dos empréstimos e depósitos fossem 0,25% superiores ou inferiores, considerando todas as outras variáveis constantes, o resultado antes de impostos do ano teria sido superior/inferior em cerca de 1,5 mil euros (37 mil euros em 31 de dezembro de 2022), respetivamente. Estes efeitos devem-se, essencialmente, ao maior ou menor ganho com juros em empréstimos de taxa variável.

3.1.2 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações contratuais, o que poderá originar o reconhecimento de uma perda. O risco de crédito resulta essencialmente das atividades operacionais da Empresa, especificamente os riscos de crédito a clientes, incluindo valores a receber e compromissos firmes, e as suas atividades de investimento e cobertura, incluindo instrumentos financeiros derivados e depósitos em instituições financeiras.

Instituições financeiras

Relativamente às instituições financeiras, o Grupo EPS, através da Direção de Finanças Corporativa, seleciona as contrapartes com que faz negócio com base nas notações de *ratings* atribuídas por uma das entidades independentes de referência, sempre que aquelas notações estejam disponíveis nos mercados em que o Grupo EPS desenvolve a sua atividade. O risco de crédito resultante de operações com bancos e instituições financeiras é gerido pela Direção de Finanças Corporativa do Grupo EPS. A Empresa segue as diretrizes do Grupo EPS no que diz respeito às contrapartes.

A tabela seguinte apresenta um resumo, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, da qualidade de crédito dos depósitos, aplicações e outros investimentos financeiros (incluindo, caso existissem, os instrumentos financeiros derivados com avaliação positiva) com referência a notações externas de *rating* de crédito:

	31.12.2023	31.12.2022
Rating		
≥ AA-	974 955	348 915
de A- a A+	970 253	102 295
de BBB- a BBB+	271 506	140 557
de BB- a BB+	1 824 441	525 560
≤ B+	262 390	414 716
Sem rating	154 976	200 300
	<u>4 458 521</u>	<u>1 732 342</u>

Os *ratings* apresentados correspondem à classificação atribuída pela Standard & Poor's. Quando estes não se encontram disponíveis são utilizados *ratings* da Moody's ou Fitch.

Clientes

No que diz respeito ao risco de crédito de clientes, a Empresa julga que o risco de uma contraparte não cumprir com as suas obrigações contratuais, podendo gerar um impacto nas suas demonstrações financeiras, é limitado, porque se procura garantir que os clientes detenham perfis de crédito sólidos ou financiamentos adequados, de forma a cumprirem com as suas obrigações. No entanto, a Direção de Finanças Corporativas do Grupo EPS implementou uma estratégia com o objetivo de reduzir a exposição ao risco de crédito, nomeadamente através da utilização de seguros de crédito e operações de *factoring* sem recurso. Estes instrumentos são utilizados para a cobertura de riscos específicos de crédito, em conformidade com a política do Grupo EPS. Adicionalmente, também se procura reduzir o risco de crédito de clientes através da negociação, para alguns dos contratos, de adiantamentos contratuais.

A avaliação da qualidade do risco de crédito é realizada pela Direção de Finanças Corporativas do Grupo EPS, em conformidade com a seguinte metodologia: se os clientes detêm um *rating* de crédito externo independente, essas notações são utilizadas; se o mesmo não existir, a qualidade do risco de crédito é avaliada tendo em conta a sua situação financeira e experiência passada, entre outros fatores. Os limites de risco individuais são determinados de acordo com as diretrizes definidas pelo Conselho de Administração. A aprovação de projetos de risco elevado ou significativo é também uma responsabilidade do Conselho de Administração. A utilização dos limites de crédito é monitorizada regularmente. Ver notas 8 e 9 para divulgações adicionais sobre o risco de crédito.

A tabela seguinte apresenta uma análise da qualidade de crédito dos saldos a receber de clientes não vencidos e de acréscimos de rendimentos relativos a contratos plurianuais:

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
<i>Cientes</i>			
Novos Clientes		0	396 530
Clientes Institucionais		1 542 896	1 341 855
Outros		4 066 055	9 983 324
	8	<u>5 608 951</u>	<u>11 721 709</u>
<i>Acréscimo de rendimentos - Contratos Plurianuais</i>			
Novos Clientes		507	18 175
Clientes Institucionais		5 086 943	7 625 659
Outros		7 989 349	16 913 790
	9	<u>13 076 799</u>	<u>24 557 625</u>
TOTAL		<u>18 685 750</u>	<u>36 279 334</u>

Risco máximo

A tabela seguinte apresenta a exposição máxima ao risco de crédito associado a ativos financeiros detidos pela Empresa:

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Clientes	8	33 486 891	34 069 007
Acréscimo de rendimentos	9	13 076 799	24 557 625
Outros devedores	10	28 425 974	21 969 519
Empréstimos a Entidades Relacionadas	29	95 751	62 238 963
Depósitos Bancários	12	4 458 521	1 732 342
		<u>79 543 936</u>	<u>144 567 456</u>

3.1.3 Risco de liquidez

A previsão dos fluxos de caixa é realizada pela Empresa de forma a garantir a manutenção de um nível adequado de disponibilidades para responder às necessidades operacionais, tendo sempre em consideração os impactos de eventuais utilizações adicionais de montantes contratados e não utilizados em facilidades de financiamento, incluindo linhas de crédito e programas de papel comercial (Nota 16), para não serem ultrapassados os limites das facilidades de financiamento ou *covenants* da dívida (quando aplicável). Esta previsão tem em consideração os planos de financiamento de dívida da Empresa, o cumprimento de objetivos internos ao nível dos rácios financeiros e, caso seja aplicável, o cumprimento de requisitos externos regulamentares ou legais – por exemplo, restrições sobre moeda estrangeira, e cumprimento de *covenants* da dívida, nomeadamente: *Cross default*, *Pari Passu*, *Negative Pledges*, rácios sobre a dívida, mudança de acionistas e outros relacionados com as atividades operacionais e com as obrigações legais, fiscais e operacionais da Empresa.

Os excedentes de tesouraria, para além dos necessários à manutenção do equilíbrio na gestão de capital circulante, são administrados tendo em conta as instruções da Direção de Finanças Corporativas do Grupo EPS no que respeita a maturidade, liquidez e contraparte. Os eventuais excedentes de tesouraria detidos pela Empresa são investidos seguindo as diretrizes da Direção de Finanças Corporativas do Grupo EPS, escolhendo instrumentos com maturidades adequadas ou liquidez suficiente e que forneçam margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa detinha em caixa e depósitos à ordem um montante de cerca de 4.476 mil euros (1.753 mil euros em 2022), que se esperava que gerassem prontamente entradas de capital capazes de facilitar a gestão do risco de liquidez.

A tabela abaixo apresenta os passivos financeiros não-derivados que são liquidados pelo seu valor líquido (a Empresa não tem instrumentos financeiros derivados que não sejam liquidados pelo seu valor líquido) agrupados por maturidades residuais relevantes. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

Os montantes em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data de reporte. Os pagamentos de juros associados a passivos com taxas de juro variáveis, estão incluídos na tabela, e são calculados utilizando as taxas de juro *spot* disponíveis à data de reporte. Os ativos e passivos que podem ser reembolsados a qualquer momento são sempre alocados ao período temporal mais curto.

Não estão incluídos, em 2023, os empréstimos obtidos de partes relacionadas. Considera-se que, atendendo à relação de Grupo e ao facto de as decisões financeiras serem tomadas ao nível da Efacec Power Solutions, enquanto empresa-mãe, não existe um verdadeiro risco de liquidez para os valores envolvidos nas respetivas rúbricas do balanço.

	Notas	Até 1 ano	2-3 anos	4-5 anos	> 5 anos
31 de Dezembro de 2023					
Empréstimos Bancários		0	0	0	0
Locação operacional		354 607	69 452	0	0
Fornecedores	13	31 787 125	0	0	0
Outros passivos		6 951 059	0	0	0
Garantias financeiras	28	17 388 098	0	0	0
		<u>56 480 889</u>	<u>69 452</u>	<u>0</u>	<u>0</u>
31 de Dezembro de 2022					
Empréstimos Bancários		17 826 830	25 107 734	7 167 368	0
Locação operacional		755 528	475 613	8 603	0
Fornecedores	13	43 995 297	0	0	0
Outros passivos		11 079 844	0	0	0
Garantias financeiras	28	26 579 752	0	0	0
		<u>100 237 250</u>	<u>25 583 347</u>	<u>7 175 972</u>	<u>0</u>

3.2 Gestão do risco de capital

A Empresa procura manter um nível de capitais próprios adequado que lhe permita não só assegurar a sua continuidade e desenvolvimento, como também proporcionar uma adequada remuneração para os seus acionistas e a otimização do custo de capital.

A Empresa poderá ajustar o montante dos dividendos a pagar e o retorno de capital dos acionistas ou proceder à emissão de novas ações ou de dívida, de forma a manter ou ajustar a sua estrutura de capital.

De acordo com as práticas de mercado, o equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (*gearing*). O *gearing* é calculado de acordo com o rácio: 'Dívida Líquida/Total de Capital'. A dívida líquida compreende o valor dos empréstimos (incluindo empréstimos bancários e de empresas relacionadas, correntes e não correntes, conforme apresentados na demonstração da posição financeira), deduzido de caixa e equivalentes de caixa, outros investimentos financeiros e empréstimos concedidos correntes. O total de Capital é composto pelo capital próprio, conforme apresentado nas demonstrações financeiras, adicionados da dívida líquida.

O *gearing* em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 apresenta o seguinte cálculo:

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Dívida Financeira	16	0	46 636 339
Dívida a entidades relacionadas	29	692 061	623 804
		<u>692 061</u>	<u>47 260 144</u>
(-) Caixa e seus equivalentes	12	4 476 128	1 752 879
(-) Empréstimos a entidades relacionadas	29	95 751	62 238 963
Dívida líquida		<u>(3 879 818)</u>	<u>(16 731 699)</u>
Capital próprio		20 566 031	25 292 673
Total de capital		16 686 214	8 560 975
Gearing (a)		n.a	n.a

(a) Não aplicável pelo facto de a dívida líquida da Empresa ser negativa

3.3 Estimativa do justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos financeiros da Empresa mensurados ao justo valor a 31 de dezembro de 2023, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor previstos na IFRS 7:

- **Nível 1:** o justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira. Neste nível incluem-se essencialmente instrumentos de capital e dívida (e.g. NYSE Euronext);
- **Nível 2:** o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação. Os principais *inputs* dos modelos utilizados são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se essencialmente os derivados *over-the-counter* contratados pela empresa; e

- **Nível 3:** o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

	31 de Dezembro de 2023				31 de Dezembro de 2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos								
Ativos tangíveis								
Terrenos a justo valor	0	0	0	0	0	3 559 330	0	3 559 330
	0	0	0	0	0	3 559 330	0	3 559 330
Passivos								
Derivados								
Negociação	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0

Até 2022 para a valorização dos terrenos foi utilizado o critério da comparação de mercado, utilizando valores médios de mercado por m². Em 2023, os terrenos passaram a ser valorizados ao custo histórico (ver nota 1.2).

3.4 Instrumentos financeiros por categoria

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificavam-se nas seguintes categorias:

Ativos	Notas	Ativos financ. ao custo amortizado	Ativos não financeiros	Total
31 de Dezembro de 2023				
Investimentos Financeiros	7	74 756		74 756
Empréstimos a Entidades Relacionadas	29	95 751		95 751
Clientes	8	33 486 891		33 486 891
Acréscimos de rendimentos	9	13 076 799	149 012	13 225 811
Devedores e gastos a reconhecer	10	28 425 974	8 316 640	36 742 614
Caixa e equivalentes de caixa	12	4 476 128		4 476 128
		79 636 298	8 465 651	88 101 950
31 de Dezembro de 2022				
Investimentos Financeiros	7	68 484		68 484
Empréstimos a Entidades Relacionadas	29	62 238 963		62 238 963
Clientes	8	34 069 007		34 069 007
Acréscimos de rendimentos	9	24 557 625	632 009	25 189 633
Devedores e gastos a reconhecer	10	21 969 519	3 408 059	25 377 578
Caixa e equivalentes de caixa	12	1 752 879		1 752 879
		144 656 476	4 040 068	148 696 544

Quanto aos passivos financeiros, a sua repartição por categorias era a seguinte:

Passivos	Notas	Outros pass. financ. ao custo amortizado	Passivos não financeiros	Total
31 de Dezembro de 2023				
Dividas a instituições Crédito	16	0		0
Empréstimos de Entidades Relacionadas	29	692 061		692 061
Passivos de locação	17	499 642		499 642
Fornecedores	13	31 787 125		31 787 125
Faturas em receção e conferência	14	3 131 446		3 131 446
Credores e Acréscimos de Gastos	15	4 787 986	10 425 857	15 213 842
		<u>40 898 260</u>	<u>10 425 857</u>	<u>51 324 117</u>
31 de Dezembro de 2022				
Dividas a instituições Crédito	16	46 636 339		46 636 339
Empréstimos de Entidades Relacionadas	29	623 804		623 804
Passivos de locação	17	1 272 654		1 272 654
Fornecedores	13	43 995 297		43 995 297
Faturas em receção e conferência	14	5 674 901		5 674 901
Credores e Acréscimos de Gastos	15	7 973 027	5 767 491	13 740 518
		<u>106 176 022</u>	<u>5 767 491</u>	<u>111 943 513</u>

D. Notas às Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2023 e 2022

4. Ativos tangíveis

Movimentos ocorridos no período

Os ativos tangíveis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e as alterações de valor verificadas em ambos os exercícios foram as seguintes:

	Terrenos e Edifícios	Eq trans e Eq básico	Equipamento Administ	Outros	Total
Exercício de 2022					
Valor Líquido Inicial	8 701 478	113 487	286 282	4 230 445	13 331 692
Diferenças Cambiais	0	-135	5 898	0	5 763
Aumento	0	0	12 379	62 551	74 930
Diminuições	0	0	-1 057	0	-1 057
Imparidade	0	0	0	0	0
Dotações para depreciação	-685 772	-43 269	-54 997	-728	-784 766
Transferências e Regularizações	0	496	0	0	496
Valor Líquido Final	8 015 706	70 579	248 505	4 292 268	12 627 058
Exercício de 2023					
Valor Líquido Inicial	8 015 706	70 579	248 505	4 292 268	12 627 058
Diferenças Cambiais	0	-109	-2 122	0	-2 231
Aumento	2 575	0	3 541	669	6 785
Diminuições	0	0	0	0	0
Imparidade	328 720	0	0	0	328 720
Dotações para depreciação	-746 038	-46 898	-55 076	-728	-848 739
Transferências e Regularizações	4 001 725	2 055	2 535	-4 236 444	-230 129
Valor Líquido Final	11 602 689	25 627	197 382	55 766	11 881 463
<i>Detalhe do valor final</i>					
Custo ou Justo Valor	23 559 329	3 125 623	5 720 537	82 132	32 487 622
Depreciação Acumulada	-11 956 640	-3 099 996	-5 523 155	-26 367	-20 606 159
Valor Líquido	11 602 689	25 627	197 382	55 766	11 881 463

Em 2023 apenas se realizaram alguns investimentos de substituição que assumiram valores imateriais.

As depreciações são efetuadas de acordo com a Nota 1.2. O valor das depreciações apresentado na demonstração de resultados considera as dotações para depreciação dos ativos, normalmente deduzidas do valor dos subsídios ao investimento reconhecidos no período.

Revalorizações

Os edifícios e restantes ativos tangíveis da empresa foram revalorizados em 1 de janeiro de 2004 utilizando os coeficientes de desvalorização monetária no âmbito do processo de transição para IFRS, estando totalmente reintegrados.

De acordo com a alteração da política de valorização dos ativos tangíveis descrita na Nota 1.2, em 2023 os terrenos passam a estar valorizados pelo critério do custo histórico, harmonizado com o critério que já era seguido para os restantes ativos do Grupo.

A última avaliação dos terrenos havia sido realizada por peritos independentes em 2019, tendo resultado, à data, numa desvalorização monetária de 187,3 mil euros. Em 2023 a Efacec solicitou uma nova avaliação dos terrenos localizados em Portugal. A conjuntura favorável do mercado imobiliário resultou numa avaliação superior, em média, em 16% face ao valor da avaliação de 2019, que havia sido registada no balanço do Grupo de acordo com a política seguida à data. Com a adoção do critério do custo histórico, a Empresa efetuou a revalorização parcial dos terrenos até ao limite que permitiu igualar o valor contabilístico ao valor de aquisição, resultando no aumento médio de 5%. O efeito prático e direto deste procedimento traduziu-se na reversão da imparidade acumulada, no valor de 187,3 mil euros.

Garantias

Em 2023 a Empresa constituiu garantias reais sobre alguns dos ativos tangíveis de que é proprietário, todos localizados em Portugal, a favor de duas instituições de crédito, como colateral de garantias bancárias emitidas e relacionadas em contrato. Os ativos foram sujeitos a avaliação prévia por parte de entidades especializadas e independentes, e abrangeram imóveis respetivamente em 13.774.500 euros (ver Nota 28.2). Os ativos relacionados no contrato não foram sujeitos a reavaliação contabilística, mantendo os seus valores históricos líquidos de depreciação.

5. Ativos intangíveis

Os movimentos nos ativos intangíveis e respetivas amortizações foram os seguintes:

	I&D	Outros	Total
Exercício de 2022			
Valor Líquido Inicial	2 558 434	1 181	2 559 615
Aumentos	365 491	0	365 491
Dotações para amortização	-864 096	-1 181	-865 277
Valor Líquido Final	2 059 829	0	2 059 829
Exercício de 2023			
Valor Líquido Inicial	2 059 829	0	2 059 829
Aumentos	258 165	77 236	335 401
Dotações para amortização	-824 147	0	-824 147
Valor Líquido Final	1 493 847	77 236	1 571 083
<i>Detalhe do valor final</i>			
Custo ou Justo Valor	10 642 704	3 365 151	14 007 855
Amortização Acumulada	-9 148 857	-3 287 915	-12 436 772
Valor Líquido	1 493 847	77 236	1 571 083

O investimento em ativos intangíveis está associado a projetos de investigação e desenvolvimento (I&D). Em 2023 ascendeu a 258 mil euros, que comparam com 365 mil euros em 2022.

O valor em I&D refere-se à capitalização de despesas em projetos na Unidade de Negócio de Transportes, que constituíram gastos incorridos no exercício de 2023. O reconhecimento do ativo intangível obedeceu aos critérios definidos na IAS38, nomeadamente quanto à capacidade técnica da empresa para a conclusão do projeto e a sua inclusão no portfolio de produtos. Foi possível demonstrar a existência de mercado e o potencial para gerar benefícios futuros decorrentes da inclusão do ativo nas soluções oferecidas aos clientes.

Amortizações

O valor das amortizações apresentado na Demonstração dos Resultados considera as dotações para amortização dos ativos, deduzidas do valor dos subsídios ao investimento reconhecidos no período. No período em análise, a dedução por via do reconhecimento de subsídios nos ativos intangíveis ascendeu a 337.163 euros (385.247 euros em 2022).

6. Ativos sob direito de uso

Na presente nota detalha-se o valor da rubrica "Ativos sob direito de uso". O quadro reporta os valores dos contratos de locação operacional - contratos de aluguer ou arrendamento celebrados com terceiros, com ou sem inclusão de uma componente de serviço, reclassificados de acordo com os requisitos da IFRS16.

2023	Edifícios	Equipamento transporte	Equipamento administ.	Total
<i>Contratos reclassificados por aplicação da IFRS.16</i>				
Ativos em 31.12.2022	863 679	276 197	33 086	1 172 962
Aumentos	0	0	0	0
Depreciações	-592 286	-117 729	-20 897	-730 911
Valor líquido final	271 393	158 468	12 190	442 051

A responsabilidade relativa a estes contratos encontra-se refletida na rubrica de Passivo de locação (Nota 17), e encontra-se repartida pelo passivo corrente e não-corrente, consoante as datas de vencimento das prestações se situem, respetivamente, a menos de um ano ou mais de um ano.

As locações operacionais que não preenchem os requisitos previstos na IFRS16, caso das locações de curto prazo e de baixo valor, não integram o ativo, estando o respetivo gasto incluído na demonstração de resultados, na rubrica “Fornecimentos e serviços externos”.

7. Investimentos Financeiros

Investimentos em empresas do grupo e associadas

Esta rubrica inclui o valor das participações financeiras, prestações suplementares e empréstimos concedidos às participadas, líquido de imparidades. Inclui ainda as dotações para o Fundo de Compensação do Trabalho, de acordo com a legislação em vigor. O detalhe dos investimentos financeiros é o que consta do quadro seguinte:

	31.12.2023				31.12.2022			
	Particip.	% Part.	Capital Próprio	Resultado Líquido	Particip.	% Part.	Capital Próprio	Resultado Líquido
Participações Financeiras								
XELA, AB	3 741	66.67	1 874	-11 224	3 741	66.67	13 453	8 415
Efacec Engenharia e Sistemas (Chile) SpA	1 083	100.00	198 664	490 726	1 083	100.00	-276 145	-279 399
UTE Efacec Moneleg	3 345	66.90	3 800	48	3 345	66.90	4 571	725
UTE Efacec Moneleg II	1 542	77.10	812	-2 083				
EfaMulti, AB	1 470	66.80	835 143	805 133				
S2M Dublin Light Rail Limited	1 220 385	51.00	1 220 385	0				
	1 231 565				8 169			
Outros investimentos financeiros								
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	74 756				68 484			
	74 756				68 484			
Investimento total líquido	1 306 321				76 652			

As sociedades participadas que se indicam estão associadas a projetos específicos das unidades de negócio de Transportes, Energia e Ambiente, e foram constituídas para dar suporte formal a esses projetos nos países em que se desenvolvem, normalmente com a Efacec a associar-se a parceiros locais.

A evolução da sub-rúbrica Participações Financeiras em 2023 deve-se a:

Saldo Inicial	8 169
Aumentos de participações	3 012
Alteração do método de integração	1 220 385
Saldo Final	<u>1 231 565</u>

Em 2023 destaca-se a alteração do método de integração da sociedade S2M Dublin Light Rail nas contas da Efacec Engenharia e Sistemas, deixando de ser integrada linha-a-linha e passando a partir de agora a ser valorizada ao custo, integrando assim a rubrica de Investimentos Financeiros.

8. Clientes

O detalhe da rubrica a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o que adiante se evidencia:

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Clientes - Conta corrente		31 942 065	39 197 167
Clientes - Partes Relacionadas	29.2	9 867 731	3 720 676
Clientes de Cobrança Duvidosa		9 944 437	9 957 995
		<u>51 754 233</u>	<u>52 875 838</u>
Perdas por Imparidade das contas Clientes		<u>-18 267 342</u>	<u>-18 806 831</u>
Total		<u>33 486 891</u>	<u>34 069 007</u>
* Não Corrente		0	0
* Corrente		33 486 891	34 069 007

O elevado número de clientes do Grupo Efacec, a sua dispersão geográfica e a abrangência a diferentes segmentos de mercado, permite garantir uma adequada dispersão do risco de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2023, o saldo líquido de clientes revela uma redução de 2% relativamente ao final de 2022. Esta tendência de diminuição tem sido verificada nos últimos anos, quer por efeito de um continuado esforço de cobrança, quer pela redução conjuntural do volume de negócios e, conseqüentemente, da faturação a clientes.

O valor dos clientes de cobrança duvidosa inclui uma dívida no valor de 6,3 milhões de euros do cliente CPTM, do Brasil, com o qual a Efacec mantém uma disputa contratual, conforme descrito na Nota 27, tendo sido constituída em 2017 uma imparidade total sobre a referida dívida. No âmbito do *Share Purchase Agreement* entre a Winterfell 2 e a MGI Capital, a Empresa tem o direito de redebitar os gastos associados a este projeto à MGI Capital.

Antiguidade de Clientes – IFRS 7

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os valores a receber de clientes apresentavam a seguinte estrutura de antiguidade, tendo em conta as datas de vencimento dos saldos em aberto:

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Saldos não vencidos	3.1.2	5 608 951	11 721 709
Até 90 dias		7 627 410	379 689
De 90 a 360 dias		5 580 303	3 122 175
Mais de 360 dias		32 937 568	37 652 266
Saldos vencidos		46 145 282	41 154 129
		51 754 233	52 875 838
Imparidade		-18 267 342	-18 806 831
		33 486 891	34 069 007

Imparidade

Nesta rubrica são reconhecidas perdas de imparidade esperadas para contas a receber, as quais são estimadas utilizando uma matriz de incobrabilidade baseada no histórico creditício dos devedores da Efacec Engenharia, ajustada por fatores específicos atribuíveis aos devedores, bem como pelas condições macroeconómicas que se estimam para o futuro. São igualmente registados ajustamentos às contas a receber por perdas por imparidade incorridas quando existem indicadores de que a Empresa pode vir a não receber integralmente os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Os ajustamentos são apurados considerando a antiguidade das contas a receber, o perfil de risco do devedor, bem como a sua situação económico-financeira.

Em 31 de dezembro de 2023, os créditos já vencidos totalizavam 46.145 mil euros (41.154 mil euros em 2022). O valor desses créditos, líquidos de imparidade, é o seguinte:

Saldos vencidos	31.12.2023			31.12.2022		
	Saldos vencidos	Imparidade	Valor líquido	Saldos vencidos	Imparidade	Valor líquido
Até 90 dias	7 627 410	0	7 627 410	379 689	0	379 689
De 90 a 360 dias	5 580 303	0	5 580 303	3 122 175	0	3 122 175
Mais de 360 dias	32 937 568	-18 267 342	14 670 226	37 652 266	-18 806 831	18 845 434
	46 145 282	-18 267 342	27 877 939	41 154 129	-18 806 831	22 347 298

A Empresa entende que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras e traduzem o risco real de perda.

Denominação

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, os valores a receber de clientes estavam denominados nas seguintes divisas:

	31.12.2023	31.12.2022
Euro	35 777 084	30 383 487
Dólar americano	11 127 157	17 113 701
Real brasileiro	3 268 688	3 268 688
Dinar da Tunísia	366 084	136 983
Coroa dinamarquesa	49 521	399 385
Dram da Arménia	269 821	265 767
Dirham de Marrocos	262 721	348 358
Rupia indiana	218 327	277 258
Dinar da Argélia	40 608	107 911
Outras	374 222	574 300
	51 754 233	52 875 838

Factoring

Em 2023 o valor dos contratos de factoring sem recurso conheceu uma redução devido ao vencimento de algumas linhas que a Empresa mantinha com instituições financeiras especializadas. À data do balanço, o valor dos contratos ascendia a 65 mil euros (em 2022, o valor era de 80 mil euros).

O valor indicado refere-se, na totalidade, a saldos de clientes transferidos para a contraparte e desreconhecidos do balanço.

	31.12.2023	31.12.2022
Ativos transferidos e desreconhecidos da demonstração da posição financeira		
Valor dos ativos	65 211	80 254
Valor transferido	-65 211	-80 254
	0	0

Os ativos transferidos referem-se, na totalidade, a saldos de clientes.

9. Acréscimo de rendimentos

Os montantes de Acréscimos de Rendimentos incluídos nesta rubrica referem-se essencialmente ao reconhecimento dos rendimentos associados a projetos e obras em curso, cujo grau de acabamento é superior ao grau de faturação (Notas 1.14 e 31). Os acréscimos de rendimentos de ativos não financeiros referem-se a reconhecimentos de rendimentos na Demonstração de Resultados que respeitam o princípio da especialização de exercícios, mas não estão relacionados com contratos plurianuais.

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Contratos plurianuais	31	13 076 799	24 557 625
Ativos não financeiros		149 012	632 009
		13 225 811	25 189 633

Denominação

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, os acréscimos de rendimentos referentes a contratos plurianuais estavam denominados nas seguintes divisas:

	31.12.2023	31.12.2022
Euro	10 337 766	19 084 985
Dólar americano	1 218 279	2 466 472
Coroa dinamarquesa	32 642	1 136 205
Dinar da Tunísia	714 879	791 985
Lari da Geórgia	298 971	0
Franco CFA	222 916	582 101
Rupia indiana	34 548	293 950
Outras	216 797	201 927
	13 076 799	24 557 625

10. Devedores e Gastos a reconhecer

O detalhe desta rubrica a 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Adiantamentos a fornecedores		4 079 650	2 558 382
Cauções		4 724 417	6 382 261
Contas a receber de Outros Devedores		4 241 655	6 991 960
- Perdas por Imparidade		-3 765 158	-3 766 569
Contas a receber de Outros Devedores - líquido		9 280 565	12 166 035
Contas a receber de Partes Relacionadas	29.2	19 145 409	9 803 484
Outros Devedores - Ativos Financeiros		28 425 974	21 969 519
Outros Devedores - Ativos não financeiros		108 472	95 446
Estado e Outros Entes Públicos		8 577 024	3 056 282
Gastos a reconhecer		79 202	256 331
- Perdas por imparidade		-448 057	0
Total		36 742 614	25 377 578
* Devedores e Gastos a reconhecer Não Corrente		7 611 318	8 044 075
* Devedores e Gastos a reconhecer Corrente		29 131 296	17 333 503

Devido aos condicionamentos da Empresa no acesso a linhas de *trade finance*, que prevaleceram nos últimos três anos, a Empresa recorreu a depósitos-caução a favor do cliente ou à emissão de colaterais para desbloquear algumas situações mais críticas, mas que configuram uma importante mobilização de fundos. Estes instrumentos são registados em contas de Devedores, no ativo corrente ou não corrente de acordo com o prazo estimado da garantia prestada. A rubrica Cauções diminuiu substancialmente em relação ao ano 2022. Esta rubrica tinha o valor de 4,7 milhões de euros no final do ano 2023.

Os valores inscritos como não correntes são:

- (i) depósitos-caução e colaterais de garantias bancárias (cf. parágrafo anterior) no valor de 4,2 milhões de euros;
- (ii) débito à Efacec Power Solutions para transferência das perdas registadas pela empresa em matéria de impostos no exercício de 2019, em consequência do processo fiscal do ACE Ensul Meci, no valor de 3.331.695 euros.

As rubricas incluídas nos saldos ativos com o Estado e Outros Entes Públicos tinham em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a seguinte decomposição:

	31.12.2023	31.12.2022
Imposto sobre o Rendimento	871 443	-382 291
Imposto sobre o Valor Acrescentado - A recuperar	6 603 166	3 660 894
Restantes impostos	1 102 415	-222 321
	8 577 024	3 056 282

Os créditos de IVA sobre o Estado têm caráter recorrente e relacionam-se principalmente com atividades da empresa em que existe inversão do sujeito passivo, e são regularmente sujeitos a processos de recuperação. Foi constituída em 2023 uma imparidade no valor de 448 mil euros para o risco de não recebermos o incentivo fiscal à internacionalização do mesmo montante.

11. Existências

Esta rubrica decompõe-se na seguinte forma:

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Matérias-primas		805 957	786 517
Mercadorias		1 066	1 066
Produtos e trabalhos em curso - contratos plurianuais	31	298 549	2 283 111
Produtos em curso de fabrico		4 715 998	1 227 700
Ajustamentos de Existências		-1 021 228	0
		<u>4 800 341</u>	<u>4 298 393</u>

12. Meios monetários

Caixa e equivalentes de caixa	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Caixa		17 606	20 537
Depósitos à Ordem		4 458 521	1 732 342
	3.1.2	4 476 128	1 752 879

Os valores constantes das rubricas Caixa e equivalentes, no final de 2023 e 2022, eram denominados nas divisas seguintes:

		31.12.2023	31.12.2022
Euro	União Europeia	1 194 516	379 446
Coroa	Suécia	1 536 405	67 353
Coroa	Noruega	487 789	197 202
Dram	Arménia	93 572	182 794
Rupias	Índia	169 212	180 743
Dinar	Argélia	214 272	150 717
Franco CFA	CFA Ocidental	139 109	133 832
Dirham	Marrocos	110 382	113 298
Coroa	Dinamarca	351 943	88 458
Dinar	Tunísia	45 477	34 505
Outras		133 450	224 532
		4 476 128	1 752 879

13. Fornecedores

A decomposição desta rubrica em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era a seguinte:

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores, C/C		21 232 621	30 336 296
Fornecedores - Partes Relacionadas	29.2	10 554 643	13 659 139
		<u>31 787 264</u>	<u>43 995 435</u>
Fornecedores de Investimentos		-139	-139
Total		<u>31 787 125</u>	<u>43 995 297</u>
* Não corrente		0	0
* Corrente		31 787 125	43 995 297

As dívidas correntes aos Fornecedores, quer de matérias-primas, subcontratação ou outros serviços, quer de investimentos, apresentavam, tendo em conta as datas de vencimento dos saldos em aberto, a seguinte estrutura de maturidade:

	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores gerais		
Contas a pagar a fornecedores		
A liquidar até 90 dias	31 784 770	43 901 405
A liquidar a mais de 90 dias	2 494	94 031
Saldo de Fornecedores	<u>31 787 264</u>	<u>43 995 435</u>
Fornecedores de Investimentos		
Contas a pagar a fornecedores de Investimentos		
A liquidar até 90 dias	-139	-139
Saldo de Fornecedores de Investimentos	<u>-139</u>	<u>-139</u>

A dívida a fornecedores em 31 de dezembro de 2023 e 2022 denominava-se nas seguintes moedas:

	31.12.2023	31.12.2022
Euro	23 805 807	35 482 994
Dólar americano	6 235 762	6 774 757
Rupia Indiana	361 759	427 074
Coroa dinamarquesa	316 635	163 656
Dinar tunisiano	189 027	458 563
Coroa norueguesa	63 780	554 812
Outras	814 357	133 441
	<u>31 787 125</u>	<u>43 995 297</u>

14. Faturas em receção e conferência

A rubrica de Faturas em receção e conferência contém o conjunto das faturas pendentes de aprovação. Inclui as situações resultantes de (a) ordens de compra lançadas pela Empresa que já foram rececionadas, isto é, que já deram origem ao registo do gasto, mas cujas faturas ainda não foram registadas em conta corrente, deduzidas de (b) faturas que já deram entrada e que foram objeto de registo, mas que ainda não foram rececionadas afetando a conta de resultados.

Em 31 de dezembro de 2023, esta rubrica apresentava um saldo de cerca de 3,1 milhões de euros, o que representou uma diminuição de 45% face ao ano anterior. Em 31 de dezembro de 2022, esta rubrica apresentava em saldo de cerca de 5,7 milhões de euros.

15. Credores e Acréscimos de Gastos

Não se registaram variações significativas nas contas de Outros Credores salvo na rubrica do Estado e Entes públicos, por via das contas de IVA a pagar.

O detalhe da rubrica Credores e acréscimo de gastos a 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é o seguinte:

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Adiantamentos de clientes		715 326	753 970
Outros Credores - diversos		19 133	29 409
Outros Credores - Partes Relacionadas	29.2	253 046	1 814 114
Outros Credores - Passivos Financeiros		987 506	2 597 493
Outros Credores Diversos - Passivos não financeiros	(a)	119 579	186 927
Estado e Outros Entes Públicos	(a)	8 304 618	3 334 596
Acréscimos de gastos		5 802 140	7 621 502
Acréscimos de gastos - Gastos com projetos em curso		3 120 773	3 688 963
Acréscimos de gastos - Remunerações a Liquidar	(a)	1 983 468	2 229 001
Acréscimos de gastos - Juros a Liquidar		44 537	399 202
Acréscimos de gastos - rescisões negociadas	(a)	18 192	16 968
Acréscimos de gastos - Outros		635 170	1 287 369
Total		15 213 842	13 740 518
* Outros Credores Não Corrente		1 083	1 083
* Outros Credores Corrente		15 212 759	13 739 435

(a) Estas rubricas são consideradas pela IFRS 7 como passivos não financeiros (Nota 3.4)

O saldo da rubrica de Estado e outros entes públicos decompõe-se nas seguintes rubricas:

	31.12.2023	31.12.2022
Imposto sobre o Valor Acrescentado - A pagar	7 337 447	2 217 924
Contribuições para a Segurança Social	598 922	600 884
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	368 249	515 788
	8 304 618	3 334 596

16. Empréstimos obtidos

Nesta Nota divulga-se a composição, características e condições da dívida bancária registada nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Nestas datas, a repartição da dívida por instrumento de crédito era a seguinte:

	31.12.2023	31.12.2022
Não Corrente		
Conta Corrente	0	0
Empréstimos Bancários	0	30 579 454
Custo amortizado	0	-5 967
	0	30 573 487
Corrente		
Conta Corrente	0	1 563 774
Empréstimos Bancários	0	14 246 120
Confirming	0	327 512
Custo amortizado	0	-74 554
	0	16 062 853
Total Empréstimos	0	46 636 339

Empréstimos bancários e Contas correntes

Em 2023, e conforme referido no Relatório de gestão, ocorreu operação de privatização do Grupo de inserção e neste contexto, uma entrada adicional de fundos via Efacec Power Solutions que permitiu liquidar a dívida bancária existente. Ainda neste

contexto, foram efetuados durante o ano 2023 acordos com as Instituições Financeiras que resultou num perdão de dívida que ascendia a 9,4 milhões de euros e uma redução de juros associados que ascendia ao montante de 430 mil euros (nota 23)

Denominação dos empréstimos

Em 31 de dezembro de 2023 a dívida financeira contraída pela Empresa está integralmente liquidada.

Conciliação da variação da dívida com os Fluxos de caixa de financiamento

O quadro seguinte concilia a dívida financeira com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento, no exercício de 2023, de acordo com a IAS7.

Fluxos de Financiamento 2023	31.12.2022	Fluxos de caixa	Non-cash				31.12.2023
			Comp. Oper. correntes	Diferenças cambiais	Perdão de dívida	Cobertura prejuízos	
Empréstimos não correntes	46 383 381	-37 331 203	0	0	-9 058 145	5 967	0
Empréstimos correntes	252 958	53 821	0	0	-381 333	74 554	0
Total fluxos de financiamento - Instituições de Crédito	46 636 339	-37 277 382	0	0	-9 439 478	80 521	0
Emprést. obtidos (+) /conced.(-) a entidades relacionadas	-61 615 158	62 217 666		-6 197	0		596 310
Prestações acessórias	44 500 000	3 000 000				-22 076 172	25 423 828
Locações operacionais	1 272 654	-773 012		0			499 642
Aumentos Capital Social		11 200 000					
Juros da dívida e gastos similares		-2 394 467					
Total outros fluxos de financiamento		73 250 187					
Total fluxos de caixa de financiamento		35 972 805					

A informação referente a 2022 é referida no quadro seguinte:

Fluxos de Financiamento 2022	31.12.2021	Fluxos de caixa	Non-cash				31.12.2022
			Aquisições	Diferenças cambiais	Comp. oper. correntes	Variações pelo custo amortiz.	
Empréstimos não correntes	51 500 008	-4 934 999	0	-256 181		74 554	46 383 381
Empréstimos correntes	2 777 036	-2 632 280	0	0		108 202	252 958
Total fluxos de financiamento - Instituições de Crédito	54 277 044	-7 567 279	0	-256 181	0	182 756	46 636 339
Emprést. obtidos (+) /conced.(-) a entidades relacionadas	-79 448 859	20 347 704		17 929	-2 531 932		-61 615 158
Prestações acessórias	44 500 000						44 500 000
Locações operacionais	1 942 881	-850 991	180 764	0			1 272 654
Juros da dívida e gastos similares		-1 736 985					
Total outros fluxos de financiamento		17 759 728					
Total fluxos de caixa de financiamento		10 192 449					

17. Passivo de locação

Esta rubrica regista a responsabilidade pelo pagamento de rendas futuras relativas aos contratos de locação, qualquer que seja a sua natureza.

Passivos de locação	31.12.2023	31.12.2022
Contratos reclassificados por aplicação da IFRS.16		
Valor líquido inicial	1 272 654	1 942 882
Aumentos	0	180 764
Regularizações		0
Rendas pagas	-773 012	-850 991
Valor líquido final	499 642	1 272 654
Não corrente	46 203	498 106
Corrente	453 439	774 548

18. Impostos diferidos

Os ativos e passivos por impostos diferidos são compensados se a Empresa tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e quando os impostos diferidos se referem à mesma autoridade fiscal. Os valores à data das demonstrações da posição financeira eram os seguintes:

	31.12.2023	31.12.2022
Ativos por impostos diferidos:		
Recuperáveis a mais de 12 meses	9 060 139	16 573 810
Passivos por impostos diferidos:		
Recuperáveis a mais de 12 meses	272 092	272 092

Como é adiante descrito, em 2023 a Empresa desreconheceu do balanço um volume significativo de ativos por imposto diferido em resultado dos testes de recuperabilidade efetuados. Os montantes envolvidos, em euros, foram:

Ativos por imposto diferido – prejuízos fiscais	10.639.146
Ativos por imposto diferido – créditos fiscais	946.270
Total	11.585.417

18.1 Ativos por impostos diferidos

O valor da rubrica de Ativos por impostos diferidos tem a seguinte repartição:

	Perdas Imparidade Cli/Out.Dev	Prejuízos fiscais	Benefícios Fiscais a reportar	Outros Riscos e Encargos	Total
Em 1 de Janeiro de 2022	110 958	6 420 710	1 549 911	3 419 359	11 500 939
Imputado a Resultados	87 374	2 426 411	132 473	2 426 612	5 072 871
Imputado a Capital Próprio	0	0	0	0	0
Outras Variações	0	0	0	0	0
31 de Dezembro de 2022	198 333	8 847 121	1 682 384	5 845 972	16 573 810
Imputado a Resultados	0	3 388 038	430 720	252 988	4 071 746
Imputado a Capital Próprio	0	0	0	0	0
Outras Variações	293 750	-10 639 146	-946 271	-293 750	-11 585 417
Em 31 de Dezembro de 2023	492 083	1 596 012	1 166 834	5 805 209	9 060 139

Em 2023, verificou-se uma diminuição de 7,5 milhões de euros no valor dos ativos por imposto diferido. Esta diminuição resulta principalmente do efeito dos prejuízos fiscais apurados com referência aos resultados de 2023, os quais têm um efeito de redução do imposto estimado em cerca de 7,3 milhões de euros. Destaca-se ainda a diminuição de 41 mil euros no valor dos impostos diferidos relativo à utilização de provisões para riscos e encargos diversos, líquido de reforços.

Os ativos por impostos diferidos relativos a benefícios fiscais são relativos a investimentos em investigação e desenvolvimento (SIFIDE), e ascendiam, no final do exercício de 2023, a cerca de 1,2 milhões de euros.

A empresa reconhece ativos por impostos diferidos quando a existência de rendimentos tributáveis futuros é expetável, sob os quais a diferença temporária possa ser utilizada (Nota 1.12). Para efeitos de imposto sobre o rendimento das sociedades, a empresa enquadra-se no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, sendo tributadas pelo lucro fiscal consolidado. A Efacec Power Solutions, enquanto empresa consolidante, é a responsável perante a Autoridade Tributária pelo reporte e entrega de imposto ao Estado.

Historicamente, a Efacec vinha registando os ativos por impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais nas sociedades dominadas pela quota-parte dos prejuízos fiscais a deduzir a lucros futuros. No final do ano de 2023, a EPS e as sociedades dominadas, optaram por consubstanciar contabilisticamente a assunção de responsabilidade da EPS pela transferência de posição tributária relativa a imposto sobre o rendimento, das dominadas para a sociedade dominante do Grupo, demonstrando, assim, também nas contas (das dominadas e da dominante), a assunção de todos os riscos e benefícios decorrentes do aproveitamento fiscal no âmbito de aplicação do Regime de Tributação de Grupos de Sociedades. Exceção

se do referido, a opção de apresentar no ativo das contas das dominadas, apenas a quota-parte do efeito fiscal correspondente aos prejuízos fiscais que estão suportados no teste de recuperabilidade do Grupo.

Recuperabilidade dos ativos por imposto diferido

No final de 2023, a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos relativos aos prejuízos fiscais e aos créditos fiscais foi testada para o conjunto das empresas que integram o RETGS. Para o efeito, foram considerados os seguintes pressupostos:

- Apesar da cessação dos períodos de caducidade para a recuperação dos prejuízos em exercícios futuros, com eficácia desde 1 de janeiro de 2023, de acordo com a Lei nº 24-D/2022, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2023), face aos critérios definidos pelo Grupo, os quais refletem a nova perceção de risco dos novos acionistas e o novo enquadramento estratégico, os prejuízos fiscais dedutíveis ativados no balanço do Grupo devem estar integralmente suportados nos resultados tributáveis previstos no plano de negócios definido para os próximos 5 anos (2024-2028);
- Para os créditos fiscais, o plano de negócios foi projetado até à concorrência do final dos respetivos períodos de caducidade.

Os indicadores assumidos no plano de negócios têm os seguintes valores médios para o conjunto das atividades do Grupo (sociedades que integram o RETGS):

Pressupostos	31.12.2023	31.12.2022
Taxa crescimento das receitas (CAGR 5 anos)	12,5%	20,1%
Margem EBITDA média	7,1%	10,0%
Taxa de imposto	21,0%	21,0%
Taxa crescimento perpétua	2,3%	2,2%

Em resultado do teste de recuperabilidade, concluiu-se que 946 mil euros de créditos fiscais não serão recuperáveis por dedução a lucros futuros dentro dos prazos previstos na lei, devendo assim ser desreconhecidos do balanço. Por outro lado, demonstra-se que o elevado volume de prejuízos fiscais, decorrentes principalmente dos resultados negativos acumulados nos últimos quatro anos, apenas será recuperável a longo prazo, tomando por base as projeções de resultados futuros patentes na última revisão do plano de negócios. Não existindo prazo de utilização definido na lei para os prejuízos fiscais, a gestão definiu uma medida temporal de recuperabilidade para a permanência em balanço dos ativos por imposto diferido. Para o efeito foi definido um prazo de 5 anos, devendo proceder-se ao desreconhecimento do valor dos ativos que, segundo os testes efetuados, evidenciassem um prazo superior àquele. De acordo com os valores apurados, a Efacec creditou a conta de ativos por imposto diferido relativos a prejuízos fiscais pelo montante de 10,6 milhões de euros. Ambos os valores foram cedidos à Efacec Power Solutions.

Saliente-se que o registo contabilístico efectuado em nada alterou o reporte fiscal existente, que continuou a assumir-se como um ativo contingente, mantendo-se uma expectativa de recuperação caso a evolução da Empresa venha a ser mais favorável comparativamente com os pressupostos assumidos nos testes de imparidade.

18.2 Passivos por impostos diferidos

Atualmente os impostos diferidos passivos, no valor de 272 mil euros, referem-se na sua totalidade à revalorização de terrenos, uma vez que a empresa reverteu, em exercícios anteriores, o remanescente de impostos diferidos passivos associados à revalorização dos restantes ativos tangíveis.

Em 2023 e 2022 os passivos por imposto diferido tiveram a seguinte evolução:

	Revalorização
Em 1 de Janeiro de 2022	272 092
Imputado a Resultados	0
Imputado a Capital Próprio	0
Em 31 de Dezembro de 2022	272 092
Imputado a Resultados	0
Imputado a Capital Próprio	0
Em 31 de Dezembro de 2023	272 092

19. Provisões

As Provisões para riscos diversos tiveram a seguinte evolução nos exercícios de 2023 e 2022:

	Garantia a clientes	Provisões para projetos	Outros riscos e encargos	Total
31 de dezembro de 2021	0	0	16 095 806	16 095 806
Imputado a resultados:				
- provisões adicionais	0	0	16 379 487	16 379 487
- reversão de provisões	0	0	-6 350 040	-6 350 040
Diferenças cambiais	0	0	6 232	6 232
Outras variações	0	0	0	0
31 de dezembro de 2022	0	0	26 131 484	26 131 484
Entradas no perímetro				
Imputado a resultados:				
- provisões adicionais	482 765	12 670 123	0	13 152 888
- reversão de provisões	0	-12 028 496	-61 038	-12 089 533
Diferenças cambiais	0	-1 881	-2 466	-4 347
Outras variações	0	26 755 884	-25 349 097	1 406 786
31 de dezembro de 2023	482 765	27 395 630	718 884	28 597 279

Em 2023, a variação líquida das Provisões foi de 2,5 milhões de euros.

Estas situações referem-se a problemas em discussão com os clientes, relacionados com a imputação de responsabilidades, e são objeto de análise continuada por parte da Empresa. A provisão é constituída ou reforçada quando existe uma probabilidade razoável de desfecho desfavorável para a Empresa, apresentando de forma mais apropriada as responsabilidades potenciais futuras da Empresa. Por outro lado, as reversões de provisões correspondem à sua utilização à medida que os respetivos gastos são reconhecidos, ou a anulação se os riscos previamente cobertos deixaram de existir.

Garantia a clientes

Para fazer face a reclamações de clientes dentro do prazo contratual em 2023 foi efetuada uma Provisão para garantias a clientes no valor de 483 mil euros.

Provisões para projetos

A rubrica 'Provisões para projetos' inclui essencialmente provisões para desvios negativos em obras em curso e penalidades contratuais. Em 2023, foram constituídas provisões para projetos em curso no montante de 12,7 milhões de euros e revertidas provisões no valor de 12 milhões de euros.

Provisões para outros riscos e encargos

A rubrica 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui uma provisão para impostos relacionada com um processo em curso da Autoridade Tributária do ACE Ensul Mecí no valor de 719 mil euros.

Não existe nenhum passivo contingente de caráter ambiental. Não foram identificados riscos que resultem na necessidade de constituição de provisões.

20. Rendimentos a reconhecer

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Facturação a reconhecer		15 395 882	21 056 106
<i>Relativas a contratos plurianuais</i>	31	15 369 627	21 029 548
<i>Outras actividades</i>		26 254	26 558
Subsídios ao Investimento		925 086	732 660
Outros		8 106	8 237
		<u>16 329 074</u>	<u>21 797 003</u>

A rubrica “Subsídios ao investimento” contém valores recebidos de entidades públicas a título de incentivo à realização de investimentos. Estes valores são registados nesta rubrica e reconhecidos como ganhos nos anos subsequentes, de acordo com a vida útil dos ativos que financiaram.

Os planos de faturação acordados com os clientes não respeitam estritamente os graus de acabamento que acabam por ser reconhecidos nas obras. A rubrica de “Facturação a reconhecer” inclui assim as faturas emitidas, mas ainda não reconhecidas em termos de grau de acabamento das respetivas obras (Nota 1.14 e 31).

21. Capital Próprio

21.1 Capital social

O capital social é de 11.250.000 euros, totalmente subscrito e realizado, e titulado por 2.250.000 ações ordinárias, com valor nominal de 5 euros por ação.

Após a conclusão do processo de privatização, realizou-se uma operação harmónio em dezembro de 2023 de aumento e redução de capital, para cobertura de prejuízos acumulados. A operação incluiu o reforço dos capitais próprios através de um aumento do capital social em espécie no valor de 9.500.000 euros e 1.700.000 euros em numerário.

21.2 Prestações Acessórias

Além do capital social, a Empresa dispõe de prestações acessórias de capital para reforço de capitais próprios da Empresa. Em 31 de dezembro de 2023 o valor ascendia a 25.423.828 euros. Estas prestações acessórias seguem o regime jurídico das prestações suplementares.

Também aqui houve uma conversão das prestações acessórias existentes à data do processo de privatização no valor de 22.076.171 euros para capital social. Posteriormente foi feito um aumento nas prestações acessórias no valor de 3.000.000 de euros realizados em numerário.

21.3 Reservas e resultados acumulados

A rubrica inclui o resultado do exercício e os resultados acumulados não distribuídos.

As reservas livres no valor de 9.931.260 euros e as reservas legais no valor de 3.590.670 euros, foram utilizadas para cobrir prejuízos acumulados.

Houve uma cobertura global de prejuízos no valor de 33.276.171 euros, fruto da operação de capital acima descrito.

21.4 Outro Rendimento Integral acumulado

Reservas de Revalorização

Estas reservas resultam da revalorização de ativos tangíveis, não podendo ser distribuídas aos acionistas, exceto se os ativos subjacentes estiverem totalmente depreciados ou se os respetivos bens objeto de revalorização tiverem sido alienados. O montante contido nesta rubrica é de 2,4 milhões de euros.

22. Gastos e rendimentos operacionais

22.1 Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os principais fornecimentos e serviços externos, foram os seguintes:

	31.12.2023	31.12.2022
Subcontratação	24 110 270	30 132 145
Despesas com Garantias Bancárias	1 547 133	1 524 621
Deslocações e Estadas	1 381 451	1 649 127
Rendas e Alugueres	990 515	1 152 362
Eletricidade	926 588	441 401
Conservação e Reparação	768 400	1 687 865
Seguros	675 441	699 936
Vigilância e segurança	426 957	645 928
Combustível	364 745	311 868
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	318 510	164 862
Comunicação	232 000	190 725
Honorários	212 485	275 647
Limpeza, higiene e conforto	132 289	232 154
Transporte de Mercadorias	81 637	189 145
Inscrição em cursos e congressos	46 410	49 795
Publicidade e propaganda	45 011	91 439
Água	31 145	40 199
Outros Fornecimentos e Serviços	1 178 757	1 306 778
	33 469 743	40 785 998

Em 2023 o valor dos Fornecimentos e Serviços Externos diminuiu cerca de 17,9% relativamente ao exercício anterior. A diminuição verificada está associada à rubrica de subcontratação, que representa 72% do total, e que teve em 2023 um comportamento descendente. Esta rubrica é a mais expressiva desta natureza de gastos e está sobretudo ligada à atividade operacional da empresa, com especial incidência nos projetos sistemistas que caracterizam os segmentos de negócio em que atua. Além dos Subcontratos, identificam-se comportamentos muito diversos entre as restantes rubricas. As variações mais sensíveis registaram-se nas rubricas de Transporte de mercadorias e de Conservação e reparação.

22.2 Gastos com o Pessoal

A rubrica de gastos com o pessoal decresceu 14,8%, que resulta essencialmente da redução dos efetivos da Empresa. No final do exercício, o número de colaboradores da Empresa ascendeu a 367 (394 em 2022).

22.3 Amortizações e depreciações

A rubrica de Amortizações e depreciações, nos exercícios de 2023 e 2022, tem o seguinte detalhe:

	2023			2022		
	ativos tangíveis	ativos intangíveis	Total	ativos tangíveis	ativos intangíveis	Total
Amortizações e depreciações do período	848 739	824 147	1 672 886	784 766	865 277	1 650 043
Subsídios ao investimento	0	-337 163	-337 163	0	-385 247	-385 247
Depreciações de ativos em locação operacional (aplicação da IFRS.16)	730 911	0	730 911	842 128	0	842 128
Amortizações e depreciações	1 579 650	486 984	2 066 634	1 626 894	480 030	2 106 924

22.4 Provisões e imparidade de ativos

O quadro seguinte evidencia a evolução registada nas diversas rubricas de provisões e imparidades e a sua conciliação com a demonstração de resultados.

2023	Imparidades				Provisões		
	Ativos Tangíveis e Intangíveis	Dívidas a Receber		Existências	Garantias a clientes	Provisões para projetos	Outros Riscos e Encargos
		Clientes	Outros Devedores				
Posição Financeira:							
Saldo Inicial 2023	328 720	18 806 831	3 766 569	0	0	0	26 131 484
Aumento	0	0	448 057	60 224	482 765	12 670 123	0
Reversão/Utilização	-328 720	-1 603 783	-1 411	0	0	-12 028 496	-61 038
Transf. e Regularizações		1 079 510	0	961 004		26 755 884	-25 349 097
Diferenças Cambiais	0	-15 216	0			-1 881	-2 466
Saldo em 31.12.2023	0	18 267 342	4 213 215	1 021 228	482 765	27 395 630	718 884

Nas Demonstrações financeiras:

Provisões e Imparidades	-33 558
Imparidade Terrenos (Reservas)	-187 305
Redução de Ativos	-141 415

Apresenta-se de seguida os valores referentes a 2022:

2022	Imparidades				Provisões		
	Ativos Tangíveis e Intangíveis	Dívidas a Receber		Existências	Garantias a clientes	Provisões para projetos	Outros Riscos e Encargos
		Clientes	Outros Devedores				
Posição Financeira:							
Saldo Inicial 2022	328 720	19 117 828	2 072 681	0	0	0	16 095 806
Aumento	0	94 028	1 746 807	0			16 379 487
Reversão/Utilização	0	-481 738	-52 919	0			-6 350 040
Diferenças Cambiais	0	76 714	0				6 232
Saldo em 31.12.2022	328 720	18 806 831	3 766 569	0	0	0	26 131 484

Nas Demonstrações financeiras:

Provisões e Imparidades	11 335 625
Redução de Ativos	0

A constituição de imparidades sobre ativos tangíveis refere-se à reavaliação dos terrenos, registada de acordo com a política definida na Nota 1.4. Na última avaliação efetuada por uma entidade independente, os terrenos conheceram uma desvalorização de 5%, o que levou ao registo de uma imparidade. À data, a desvalorização foi registada como redução de capital próprio, devido à existência de reservas de revalorização decorrentes de avaliações em períodos anteriores.

Em 2023 a imparidade relativa a Ativos tangíveis e intangíveis foi revertida, porque houve alteração à política contabilística, estes deixaram de ser mensurados ao justo valor e passaram a ser mensurados ao custo histórico.

22.5 Outros gastos e rendimentos operacionais

A Empresa regista nas rubricas “Outros gastos operacionais” e “Outros rendimentos operacionais”, resultados de naturezas diversas que, não fazendo parte das operações que constituem o objeto da empresa e do seu volume de negócios, são, contudo, essenciais à atividade ou dela decorrem.

	31.12.2023	31.12.2022
Outros Rendimentos Operacionais		
Diferenças de câmbio favoráveis	0	1 419 991
Redébito a Entidades do Grupo	719 995	632 396
Trabalhos para a própria empresa	335 401	365 491
Venda de Energia	71	6 540
Subsídios às atividades de I&D	303 890	432 019
Outros rendimentos e ganhos operacionais	744 429	729 853
	2 103 785	3 586 291
Outros Gastos Operacionais		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	169 225	0
Penalidades contratuais	5 566 539	414 591
Outros gastos e perdas operacionais	659 946	583 744
	6 395 710	998 335

- *Outros gastos operacionais*

Esta rubrica ascendeu a 6.396 milhões euros, incluindo gastos com multas e penalidades contratuais no montante de 5.567 milhões de euros.

- *Diferenças de câmbio*

A Empresa regista como resultados operacionais o apuramento das diferenças cambiais resultantes das operações de compra e venda, por serem decorrentes da sua atividade normal. No exercício de 2023 as diferenças de câmbio líquidas foram desfavoráveis em cerca de 169 mil euros e foram favoráveis em cerca de 1420 mil euros em 2022, sendo registadas na rubrica “Outros rendimentos operacionais” em ambos os exercícios.

- *Outras rubricas*

Os redébitos a entidades do Grupo e a outras entidades estão essencialmente relacionados com cedência de espaço em imóveis próprios e condomínio. Os Trabalhos para a própria empresa referem-se essencialmente à capitalização de projetos de I&D.

23. Resultados financeiros

	2023	2022
Juros suportados	-2 764 417	-1 785 141
Encargos com passivos de locação	-35 897	-71 701
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-31 648	-260 269
Outros gastos e perdas financeiras	-833 863	-1 065 181
Total de Perdas e Gastos Financeiros	-3 665 825	-3 182 291
Juros obtidos	2 026 928	3 181 750
Outros rendimentos e ganhos financeiros	9 870 647	0
Total de Ganhos e Rendimentos Financeiros	11 897 576	3 181 750
Resultados Financeiros	8 231 750	-541

Em 2023 o resultado financeiro da Efacec Engenharia denota uma acentuada melhoria face a exercícios passados, já que a empresa, estruturalmente, dispõe de créditos financeiros líquidos. Os juros suportados tiveram um crescimento de 54,9% por efeito do aumento das taxas de juro de mercado.

A rubrica de “Outros gastos e perdas financeiras”, em 2023, inclui cerca de 661 mil euros (683 mil euros em 2022) em comissões de garantias bancárias de natureza financeira. Os gastos amortizados em 2023 com financiamentos de longo prazo ascenderam a 81 mil euros (183 mil euros em 2022). Globalmente esta rubrica teve um aumento de 15% em 2023.

Os juros obtidos referem-se à remuneração de empréstimos concedidos pela Empresa à sua acionista, que tiveram uma redução superior a 36,3% em 2023. Estes empréstimos são remunerados em condições idênticas às de mercado, tendo a Euribor como indexante.

Em 2023, e conforme referido no Relatório de gestão, ocorreu operação de privatização do Grupo de inserção e neste contexto, uma entrada adicional de fundos via Efacec Power Solutions que permitiu liquidar a dívida bancária existente. Ainda neste

contexto, foram efetuados durante o ano 2023 acordos com as Instituições Financeiras que resultou num perdão de dívida que ascendia a 9,4 milhões de euros e uma redução de juros associados que ascendia ao montante de 430 mil euros (a qual corresponde à variação identificada na rubrica de outros rendimentos e ganhos financeiros).

24. Imposto sobre o rendimento

A decomposição do imposto sobre o rendimento evidenciado na Demonstração de resultados é a seguinte:

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Imposto corrente		721 567	1 053 817
Imposto diferido	18	-4 265 942	-5 590 994
Estimativa de imposto		-3 544 375	-4 537 177
Imposto de exercícios anteriores corrente		-149 075	-116 100
Imposto de exercícios anteriores diferido	18	194 196	518 124
Imposto sobre o Rendimento		-3 499 254	-4 135 154

A reconciliação da taxa de imposto é a seguinte:

		31.12.2023	31.12.2022
Resultado antes de impostos		-22 383 891	-23 204 292
Taxa Teórica	(a)	21,0%	21,0%
Imposto Teórico		-4 700 617	-4 872 901
Gastos/rendimentos não aceites fiscalmente		608 476	-54 452
Dividendos		0	0
Tributação autónoma		215 482	118 960
Diferença de imposto nas sucursais		559 151	711 687
Diferença de taxa subsidiárias estrangeiras		0	-78 947
Provisões sem AID		-213 662	0
Benefícios Fiscais gerados e não utilizados		-261 832	-281 640
Utilização dupla tributação internacional		0	0
Imposto não registado	(1)	2 338 154	0
Perdão de dívida e juros		-2 072 662	0
Outros		-16 866	-79 885
Imposto do Exercício		-3 544 375	-4 537 177
Taxa Efectiva		15,83%	19,55%

(a) A taxa teórica apresentada tem em consideração a estimativa de resultado fiscal do RETGS dominado pela EPS (da qual depende a aplicação de derramas).

(1) São reconhecidos ativos por impostos diferidos referentes aos prejuízos fiscais estimados no ano, na medida em que é provável a utilização do respetivo benefício fiscal, através da existência de lucros tributáveis futuros. Assim, o valor de imposto não registado trata-se de ativos por impostos diferidos referentes aos prejuízos fiscais que não se prevêem utilizar de acordo com o plano de negócios a 5 anos.

25. Resultado por ação

Básico

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o ano, excluindo as ações ordinárias adquiridas pela empresa e detidas como ações próprias (Nota 21).

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro atribuível aos detentores do capital	-18 884 637	-19 069 139
Número médio ponderado das ações ordinárias emitidas	2 250 000	2 250 000
Resultado básico por ação (euros por ação)	-8,39	-8,48

Diluído

O resultado diluído por ação é calculado ajustando o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação para incorporar os efeitos da conversão de todas as ações ordinárias diluidoras potenciais. Dado que não existe qualquer obrigação convertível e opções sobre ações, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

26. Dividendos

Em 2023 e 2022 a Efacec Engenharia e Sistemas, SA não distribuiu dividendos.



E. Outras Notas

27. Contingências

Ativos e passivos contingentes resultantes de disputas contratuais

A análise de contingências que se segue constitui uma avaliação à data da elaboração do presente relatório e procura transmitir os riscos inerentes a cada processo. A avaliação é realizada numa perspetiva de continuidade da Efacec Power Solutions e suas subsidiárias e de normalização da atividade a curto prazo, consecutiva à conclusão do processo de reprivatização e à reestruturação financeira.

Passivos contingentes relacionados com projetos com ocorrências/incidentes registadas (não inclui a componente de contencioso)

Os projetos com registo de ocorrências/incidentes registados face ao cumprimento das condições contratuais e de conformidade da execução face ao planeado, são avaliados quanto ao potencial exfluxo considerando a probabilidade de ocorrência e o potencial de impacto com base na metodologia definida internamente. Esta metodologia incorpora considerações técnicas, jurídicas, históricas e de julgamento, num contexto de risco e incerteza elevado.

Para além das situações devidamente provisionadas, o Grupo não apresenta passivos contingentes considerados materiais relacionados com projetos onde se tenham verificado ocorrências/incidentes sob gestão no âmbito normal do negócio.

Passivos contingentes relacionados com projetos que se encontram em contencioso

Os projetos em contencioso são avaliados quanto à probabilidade de ocorrência, assim como ao impacto potencial, sendo classificados como passivos contingentes os processos onde se considera que não é provável desfecho desfavorável ou exista incerteza significativa na sua mensuração, motivo pelo qual não é reconhecida qualquer provisão no balanço.

Indicam-se, de seguida, os valores de ativos e passivos contingentes resultantes de disputas contratuais, judiciais e fiscais em que a empresa está envolvida, com possível impacto material.

- **CPTM/STM**

A contingência com a CPTM/STM, que tem vindo a ser reportada pela Efacec desde 2014, refere-se ao contrato de remodelação da sinalização de diversas linhas do sistema ferroviário do Estado de São Paulo, no Brasil, firmado entre a sociedade brasileira CPTM e o consórcio Union Switch & Signal Internacional Co. e Efacec Engenharia e Sistemas. Este contrato foi resolvido, com justa causa, pelo Consórcio, a 24 de novembro de 2014.

Na sequência dessa rescisão, o Consórcio apresentou um pedido de indemnização para pagamento de obras executadas e equipamentos já fabricados, bem como uma verba relativa a reequilíbrio financeiro do contrato. Em novembro de 2016, o cliente CPTM/STM apresentou um contra pedido de indemnização reclamando o ressarcimento por custos incorridos com equipamentos e o pagamento de penalidades.

A 30 de junho de 2017, o Consórcio deu início a um Procedimento Arbitral sob a alçada da Câmara de Comércio Internacional para dirimir este litígio. O Tribunal Arbitral foi formalmente constituído em março de 2018 em São Paulo. O Consórcio de que a Efacec Engenharia faz parte reclama da CPTM/STM um valor de aproximadamente 180 milhões de reais, acrescido de 30 milhões de dólares americanos e 1 milhão de Euros. A CPTM/STM contra reclamou do Consórcio uma indemnização de aproximadamente 340 milhões de reais.

Durante o ano de 2020 trataram-se questões relativas à nomeação de peritos e âmbitos das peritagens a realizar bem como questões processuais sobre a análise separada dos diversos pedidos que compõem o processo, tendo sido proferida uma primeira sentença parcial durante o primeiro semestre de 2021 que foi maioritariamente favorável à Efacec e que reduziu o valor do pedido da CPTM/STM contra a Efacec a cerca de 188 milhões de reais.

Durante o ano de 2022 foram realizadas diversas perícias, conforme solicitadas pelas Partes e pelo Tribunal, os quais foram entregues ao tribunal durante o ano de 2023. Os árbitros estão a proceder à análise destes relatórios, que poderá determinar a realização de uma nova audiência, antes da prolação de sentença final que se estima poder acontecer durante o ano de 2024.

Considerando as probabilidades de acolhimento de cada uma das reclamações apresentadas, não há lugar à constituição de qualquer provisão. Por outro lado, e nos termos do *Transition Agreement* assinado entre a EPS e a MGI Capital a 23/10/2015, o Grupo EPS tem direito de regresso em relação à MGI Capital, sobre os eventuais passivos que venha a ter de assumir no âmbito desta disputa judicial.

- **Pradecon**

Em 06/02/2020 a Efacec celebrou com a Pradecon um contrato de subempreitada para o fornecimento de estruturas metálicas para o parque fotovoltaico de Metoro (Moçambique). Em 15/11/2021 a Efacec resolveu o contrato por

incumprimento do fornecedor. A Pradecon interpôs uma ação principal na qual pediu o pagamento de 938.095 euros (383.959 euros por serviços faturados + 554.135 euros relativo a trabalhos não faturados + juros). A Efacec contestou a ação e reclamou uma indemnização em pedido reconvenicional no valor de 1.203.299 euros. Ainda não existem expectativas quanto ao desfecho do processo.

- **ENOP**

No âmbito de divergências relacionadas com a execução de um contrato de subempreitada de obra celebrado com a empresa moçambicana ENOP (Engenharia e Obras Públicas, Lda.) relacionado com o parque fotovoltaico de Metoro (Moçambique), a ENOP intentou, em abril de 2023, uma ação judicial contra a Efacec Moçambique, Lda., reclamando o pagamento de 65.129.608 MZM (aproximadamente 942 mil euros) a título de faturas em dívida (35.483.406 MZM) e retenções efetuadas pela Efacec. A Efacec contestou a ação, alegando o incumprimento contratual da ENOP e o direito a uma indemnização por esse facto, tudo no valor global de 51.392.739 MZM (aproximadamente 744 mil euros), valor que faturou à ENOP.

O processo corre termos na 2ª secção comercial do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, aguardando-se neste momento a marcação da audiência de julgamento.

- **VICTOR**

Na sequência de um contrato de sub-empreitada relacionado com a construção da central de bio-gás de Korskro, na Dinamarca, a massa insolvente do fornecedor Victor A/S intentou contra a Efacec Engenharia e Sistemas, S.A., na Dinamarca, 3 processos judiciais reclamando um valor total de 577.257,54 €, acrescido de juros, a título de faturas vencidas e não pagas e trabalhos a mais executados no âmbito daquele projeto. A Efacec contesta o direito contratual da Victor A/S a reclamar o pagamento destes trabalhos a mais, bem como o valor dos mesmos, estando os respetivos processos a aguardar a realização de julgamento.

28. Compromissos

28.1 Garantias bancárias prestadas

A Empresa possui passivos contingentes respeitantes a garantias bancárias e outras contingências relacionadas com o seu negócio. As garantias bancárias estão principalmente ligadas aos projetos e encomendas recebidas e têm como beneficiários os clientes da Empresa.

O quadro seguinte evidencia o volume de garantias bancárias, distribuído entre:

- garantias financeiras, que incluem principalmente garantias emitidas em favor dos clientes para recebimento de adiantamentos, valores relativos a retenções contratuais e *stand-by letters of credit*, e
- outras garantias, sobretudo garantias para concursos e garantias de fornecimento/execução.

	31.12.2023	31.12.2022
Garantias financeiras	17 388 098	26 579 752
Outras garantias	63 260 641	77 301 963
Total	80 648 739	103 881 714

Nos últimos 2 anos a emissão de garantias estiveram fortemente condicionadas pelo sistema financeiro. Durante este período, algumas situações foram contornadas com a prestação de colaterais por parte da empresa, normalmente depósitos bancários que, mediante cativação, possibilitam a emissão das garantias pelas instituições financeiras. Estes instrumentos são registados no balanço como cauções, sob a rubrica "Devedores" (Nota 10).

28.2 Garantias reais

Em dezembro de 2023 a Efacec Engenharia, conjuntamente com duas empresas do grupo, celebrou com duas instituições de crédito um contrato para emissão de garantias bancárias no valor de 91,4 milhões de euros. Pelo mesmo contrato, a Efacec Engenharia constituiu garantias reais para garantir o bom cumprimento das responsabilidades emergentes das garantias bancárias emitidas pelas duas instituições financeiras, associadas a determinados projetos devidamente identificados.

As garantias reais constituídas abrangem:

- a) Hipoteca voluntária sobre imóveis de que a empresa é proprietária no valor de 9.470.900 euros

As garantias reais agora prestadas serão gradualmente reduzidas na medida do cancelamento das garantias bancárias identificadas.

28.3 Compromissos para investimentos

Não existem compromissos assumidos pela Empresa para aquisição de ativos tangíveis ou intangíveis.

29. Transações e saldos com partes relacionadas

Foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas (Empresas do Grupo, Associadas, Acionistas e Administradores):

29.1 Transações realizadas em 2023 e 2022

As transações relatadas são executadas em condições comerciais idênticas às que vigoram para terceiros independentes.

	31.12.2023	31.12.2022
Transações correntes:		
- Empresas do grupo		
Rendimentos e ganhos operacionais	14 399 793	2 824 326
Gastos e perdas operacionais	0	15 030 417
Rendimentos e ganhos financeiros	0	3 181 624
Gastos e perdas financeiras	0	0
- Acionistas		
Rendimentos e ganhos operacionais	0	1 878 798
Gastos e perdas operacionais	0	0
	14 399 793	-7 145 670

29.2 Saldos finais resultantes de transações comerciais e financeiras

Os saldos finais com partes relacionadas que constam da demonstração da posição financeira são os seguintes:

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Dívidas de partes relacionadas:			
- Empresas do grupo			
Empréstimos correntes		95 751	62 238 963
Clientes	8	9 867 731	2 883 612
Clientes - Imparidade		-14 000	-14 000
Devedores e Gastos a reconhecer	10	19 145 409	9 758 504
- Acionistas			
Clientes	8	0	837 064
Devedores e Gastos a reconhecer	10	0	44 980
		29 094 892	75 749 123
Dívidas a partes relacionadas:			
- Empresas do grupo			
Empréstimos correntes		692 061	623 804
Fornecedores	13	10 554 643	12 942 803
Credores e Acréscimo de gastos	15	253 046	1 814 114
- Acionistas			
Fornecedores	13	0	716 336
		11 499 751	16 097 058
Total Líquido		17 595 141	59 652 065

Os empréstimos concedidos e obtidos com partes relacionadas, correntes e não correntes, são remunerados em condições normais de mercado, tendo por base a Euribor como indexante.

29.3 Detalhe por entidade dos saldos com partes relacionadas

	31.12.2023		31.12.2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Empresas do Grupo:				
Empréstimos:				
EFACEC Power Solutions, SGPS (Corrente)	2 376	23 495	62 171 027	23 495
EFACEC Serviços Corporativos, SA	12 713	0	0	12 027
EFACEC Energia, SA	0	8 610	0	12 805
EFACEC Moçambique, Lda.	0	231 602	0	147 823
EFACEC Algérie, EURL	0	134 133	0	133 392
EFACEC Chile, SA	0	47 908	0	47 908
EFACEC Contracting Central Europe GmbH	53 000	644	53 000	685
Efacec Equipos Eléctricos, SL	0	21 983	0	21 983
XELA, AB	13 607	0	4 833	0
UTE Efacec Bahia de Cádiz	0	223 686	0	223 686
DST/DTE/CARI/EFACEC - Areeiro, ACE	7 600	0	7 600	0
Outros	6 456	0	2 503	0
Corrente:				
EFACEC Power Solutions, SGPS	14 907 498	210 002	5 201 113	951 377
EFACEC Electric Mobility, SA	422 816	0	420 555	805
Efacec Central Europe, Ltd, SRL - Suc.Bulgária	67 475	0	67 475	0
Efacec Contracting Central Europe - Suc.Grécia	65 037	0	65 037	0
EFACEC Serviços Corporativos, SA	634 167	3 169 515	787 952	6 804 634
EFACEC Energia, SA	490 775	2 331 373	579 802	1 198 462
EFACEC Angola, Lda.	1 106 128	5 242 292	630 522	4 893 050
EFACEC Moçambique, Lda.	1 530 450	95 765	1 229 304	15 814
EFACEC Praha s.r.o.	5 493	243 823	12 640	243 576
EFACEC Algérie, EURL	954 525	121 367	915 773	862 910
EFACEC Chile, SA	271 825	-532 216	329 538	-555 062
EFACEC Central Europe Limited SRL	19 203	707 702	9 603	694 730
EFACEC Contracting Central Europe GmbH	445 042	-1 325 960	416 324	-921 208
EFACEC India, Ltd	0	359 412	496	375 126
EFACEC Equipos Electricos, SLU	0	162 635	0	162 635
Power Solutions Brasil, Sist. Automação e Potência, Ltda	234 226	0	35 572	0
EfaMulti, AB	6 139 117	0	0	0
Siemens, Veolia e Efacec - Serviços Manutenção, ACE	36 132	12 434	37 945	23 845
UTE Efacec Bahia de Cádiz	210 885	0	0	0
DST/DTE/CARI/EFACEC - Arroios, ACE	256 093	0	443 476	0
DST/DTE/CARI/EFACEC - Areeiro, ACE	0	-86 646	350 839	0
EFACEC-Jayme da Costa-Sisint, ACE	978 111	90 675	603 763	0
UTE Efacec Moneleg II	82 918	-377	396 530	-377
Outros	155 225	5 894	107 859	6 600
	29 108 892	11 499 751	74 881 079	15 380 722
Imparidade - clientes	-14 000	0	-14 000	0
	29 094 892	11 499 751	74 867 079	15 380 722
Acionistas:				
Corrente:				
Grupo Parpública (ex-acionista)	0	0	837 064	-577
Grupo MGI Capital (ex-acionista)	0	0	44 980	716 913
	0	0	882 044	716 336
Total Líquido	29 094 892	11 499 751	75 749 123	16 097 058
Total Ativo - Passivo	17 595 141		59 652 065	

29.4 Compromissos e contingências

Não existem quaisquer compromissos de compra ou passivos contingentes relacionados com partes relacionadas.

29.5 Remunerações do conselho de administração

O Conselho de Administração da Efacec Engenharia e Sistemas não é remunerado.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

30. Acordos conjuntos

A Efacec Engenharia e Sistemas tem uma posição de 51% na S2M Dublin Light Rail Limited, constituída em 2020, integrando as suas contas pelo método do custo. Até 2022 as contas da S2M eram integradas linha a linha, pelo método proporcional.

A Efacec Engenharia e Sistemas tem uma posição de 50% no agrupamento complementar de empresas ME Water – Manvia Efacec, Exploração Técnica de Sistemas Ambientais do Minho, ACE, constituído em 2019, integrando proporcionalmente as suas contas.

A Empresa tem ainda uma posição de 4% no agrupamento complementar de empresas Ensul Meci-Efacec, Cogeração de Matosinhos, ACE. A partir de 2014, a Empresa passou a adotar a norma IFRS.11, deixando de integrar proporcionalmente as contas deste ACE. Atualmente, a Empresa tem constituída uma provisão correspondente ao valor negativo do capital próprio do ACE, ponderada pela sua participação.

No quadro seguinte divulga-se informação relativa aos principais indicadores de cada uma das operações conjuntas. Os indicadores referem-se aos valores dos ativos, capital próprio e rendimentos totais, e correspondem às contas sociais das entidades, expressas em euros, antes da aplicação das taxas de integração.

	%	31.12.2023			31.12.2022		
		Ativos	Capital Próprio	Proveitos Totais	Ativos	Capital Próprio	Proveitos Totais
S2M Dublin Light Rail Limited (1)	51,0%	5 762 662	2 392 911	0	5 762 662	2 392 911	4 108 473
ME Water - Manvia Efacec, ACE	50,0%	484 729	108 701	925 889	606 639	142 430	836 113
Ensul Meci-Efacec, ACE	4,0%	368 103	-606 373	50	368 270	-606 206	15

(1) As últimas contas disponíveis referem-se a 2022

Os montantes seguintes representam a quota-parte da Empresa nos ativos, passivos e património líquido das operações conjuntas, e estão incluídos na Demonstração da Posição Financeira e na Demonstração dos Resultados, por via da integração, em 2023, apenas do ME Water – Manvia Efacec, Exploração Técnica de Sistemas Ambientais do Minho, ACE.

	31.12.2023	31.12.2022
Ativo		
Ativo não corrente	15 747	28 754
Ativo corrente	217 761	2 789 810
	<u>233 508</u>	<u>2 818 564</u>
Passivo:		
Passivo não corrente	0	0
Passivo corrente	179 157	1 526 964
	<u>179 157</u>	<u>1 526 964</u>
Capital Próprio	54 351	1 291 600
Rendimentos	624 647	4 944 586
Gastos	515 296	4 057 249
Resultado após impostos	109 351	887 337

Como referido em cima, em 2023 a Efacec Engenharia e Sistemas alterou o método de integração da sociedade S2M Dublin Light Rail, deixando de ser integrada linha-a-linha e passando a ser valorizada ao custo, com expressão no balanço na rubrica de Investimentos Financeiros.

31. Contratos plurianuais

Os montantes relativos a contratos plurianuais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são os seguintes:

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Rendimentos reconhecidos no exercício (contratos fechados e não fechados)		45 446 207	81 429 403
Contratos Plurianuais não fechados a 31 de Dezembro:			
Gastos acumulados incorridos até à data	a)	789 166 077	770 461 042
Margens reconhecidas até à data	a)	85 760 214	105 975 101
Existências em Curso		298 549	2 283 111
Acréscimo de Rendimentos		13 076 799	24 557 625
Rendimentos a reconhecer e adiantamentos		15 369 627	21 029 548

a) Incluem valores de exercícios anteriores dos contratos plurianuais não fechados em 31 de Dezembro

As existências relativas a contratos plurianuais referem-se a gastos incorridos que não foram ainda objeto de utilização na obra ou instalação, não estando, consequentemente, reconhecida a margem daí decorrente.

Os acréscimos de rendimentos representam situações em que o grau de faturação é inferior ao grau de acabamento, sendo efetuado um acréscimo para reconhecimento da respetiva margem. Esta situação configura um débito ao cliente por conta da obra/instalação já efetuada (Nota 9 – Acréscimos de rendimentos). Quando ocorre a situação contrária, o grau de faturação é superior ao grau de acabamento e existe um rendimento a reconhecer, o qual representa um crédito do cliente perante a obra desenvolvida (Nota 20 – Rendimentos a reconhecer), cuja margem será apenas reconhecida nos exercícios seguintes.

A conciliação do montante apresentado na rubrica de Rendimentos reconhecidos no exercício relativos a contratos plurianuais fechados e não fechados com o total de vendas e prestação de serviços pode ser apresentada como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Rendimentos reconhecidos relativos a contratos plurianuais	45 446 207	81 429 403
Rendimentos relativos a serviços de assistência e manutenção	1 047 249	965 177
Outros Rendimentos	3 147	0
Total Vendas e Prestações de Serviços	46 496 602	82 394 580

32. Honorários pagos aos auditores

A partir de 2020, a Efacec contratou serviços à Mazars e Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. e outras sociedades associadas. Os gastos por tipo de serviço contratado estão evidenciados na tabela seguinte e refletem os serviços prestados pela Mazars no exercício de 2023.

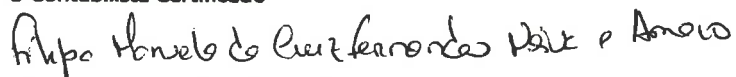
	31.12.2023	31.12.2022
Auditoria e Revisão de contas	80 290	63 320
Serviços de garantia de fiabilidade	3 750	5 000
	84 040	68 320

33. Eventos Subsequentes

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota. Até à data de conclusão deste Relatório não ocorreram factos significativos que não se encontrem refletidos nas Demonstrações Financeiras. A seguir à data de referência do balanço não ocorreram factos suscetíveis de divulgação.

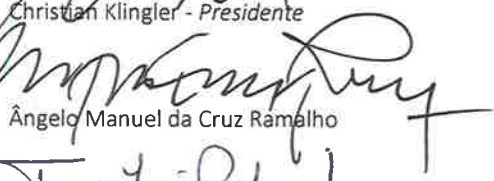
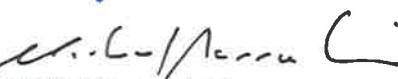

Maia, 19 de março de 2024

O Contabilista Certificado



Filipa Manuela da Cruz Fernandes Neiva e Amaro

O Conselho de Administração


Christian Klingler - Presidente
Ângelo Manuel da Cruz Ramalho
Fernando José Rabaça Vaz
Jorge Guilherme Almeida Barreiros
Michael Barroso da Silva
Nuno Filipe Gonçalves da Silva



75 years
innovating
for the world
we share
since 1948

Handwritten marks in the bottom right corner, including a stylized symbol and the number 13.

Certificação legal das contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **EFACEC Engenharia e Sistemas, S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 117 088 593 euros e um total de capital próprio de 20 566 031 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 18 884 637 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado no capítulo Análise da atividade em 2023 do Relatório de Gestão, e complementado pelas notas A, 16 e 21 das demonstrações financeiras, no mês de outubro de 2023, com a conclusão do processo de reprivatização, foi concluído, também, o processo de recapitalização do Grupo de inserção (Efacec), enquadramento que permitiu liquidar a dívida financeira, a normalização do fundo de maneio e da relação com o sistema financeiro e o consequente acesso a produtos de *trade finance*, essenciais para a continuidade e para o desenvolvimento da atividade, tal como previsto no plano de negócios.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Sede Social: Centro Empresarial Torres de Lisboa, Rua Tomás da Fonseca, Torre G, 5º andar, 1600-209 Lisboa – Portugal

Escritório do Porto: Rua do Campo Alegre, 830, Sala 14, 3º andar 4150-171 Porto – Portugal | Tel: +351 226 051 020

Inscrição n.º 51 na OROC - Registada na CMVM sob o n.º 20161394 - NIPC 502 107 251 - Capital Social 186.580,00 € - CRC Lisboa



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras




auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais

Porto, 20 de março de 2024

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

representada por:



Dr. José Fernando Abreu Rebouta (Revisor Oficial de Contas nº 1023, registado na CMVM com nº 20160637)



Dra. Patrícia Alexandra Faria Cardoso (Revisora Oficial de Contas nº 1483, registada na CMVM com nº 20161093)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos com a regularidade, extensão e metodologia consideradas adequadas, a atividade da **EFACEC Engenharia e Sistemas, S.A.**, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, analisámos a forma como é concretizada a adesão aos princípios de prudência, substância e materialidade, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração e outros encarregados de governação os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

Após o encerramento de contas apreciamos os documentos de prestação de contas e a contextualização do momento de apresentação de contas, elaborados em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro e informámos os encarregados de governação quanto ao momento de apresentação de contas.

A Demonstração da posição financeira, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, as notas anexas às demonstrações financeiras e o Relatório de Gestão, desde que lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios de mensuração utilizados merecem a nossa concordância.

Não recebemos quaisquer comunicações de irregularidades apresentadas quer por acionistas, colaboradores ou outros nem emitimos parecer relativamente a qualquer negócio realizado entre a sociedade e os membros do Conselho de Administração da Sociedade nos termos do Art. 397º do Código das Sociedades Comerciais.

Assim, somos de parecer:

- 1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como a Demonstração da posição financeira, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e as notas anexas às demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
- 2º Que não existem objeções à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Porto, 20 de março de 2024

O FISCAL ÚNICO

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

representada por:



Dr. José Fernando Abreu Rebouta (Revisor Oficial de Contas nº 1023, registado na CMVM com nº 20160637)



Dra. Patrícia Alexandra Faria Cardoso (Revisora Oficial de Contas nº 1483, registada na CMVM com nº 20161093)